

NÃO VENDEREMOS POR NENHUM PREÇO NOSSA SOBERANIA SOBRE FERNANDO DE NORONHA



Nenhuma Barganha Com o Território Brasileiro

COM o passar dos dias, nosso povo compreende a gravidade da ameaça à nossa soberania, representada nas negociações em torno da entrega de Fernando de Noronha aos imperialistas do Pentágono.

NESSE sentido, além da experiência em nossa própria carne, o plano ianque de colonização dos países do Oriente Próximo e Médio que a Doutrina Eisenhower traz no seu bojo serve mais uma vez para mostrar o gênero de preocupações que têm para com os demais povos os belicistas de Washington. Nada mais querem do que assegurar posições econômicas, políticas e militares capazes de permitir sua dominação.

QUE seria do Brasil se os americanos aqui ocupassem bases onde instalassem seus engenhos atômicos e teleguiados?

PODERIAMOS continuar avançando em nossas conquistas democráticas e sociais? Poderíamos ter o governo que nosso povo quisesse? Poderíamos concretizar reivindicações econômicas, no plano da edificação interna, que nossos interesses de nação estão a exigir? Realizaríamos as modificações em nossa política exterior por que clamam importantes forças políticas?

NADA disso seria possível. As concessões militares ao imperialismo implicam em concessões políticas. Como ameaça permanente aos nossos anseios de independência, teríamos em nosso flanco, em território antes brasileiro que vergonhosamente deixaria a sê-lo, as bases de teleguiados norte-americanos. Seria a liquidação prática de nossa soberania, e, nesse terreno, não há barganha que possa ou deva ser feita.

POR isso mesmo nosso povo dá os primeiros indícios de resistência, pois compreende que será resistindo que levará à derrota as inaceitáveis pretensões ianques. A manifestação da Assem-

bléia Legislativa de Pernambuco, a que se acha historicamente ligada a ilha de Fernando de Noronha, tem real importância e exprime o protesto da população de um Estado que em lóda a sua honrosa história de lutas soube defender condignamente a independência nacional. E o mesmo acontece com as manifestações já ocorridas em São Paulo e com a campanha que ora inicia a União Nacional dos Estudantes, interpretando o sentimento patriótico de nossa juventude.

MUITO, entretanto, está por fazer e é visível que para obter a vitória trazendo a opinião pública a pronunciar-se resolutamente contra a barganha de Fernando de Noronha é necessário que uma mobilização de massas muito mais intensa seja levada a efeito.

DIANTE de nenhuma pressão, intriga ou chantagem se detêm os imperialistas norte-americanos para obter seus designios, visando os patriotas que, de dentro ou de fora do governo, se opõem aos seus planos. O momento, por isso, impõe vigilância e mobilização. A tarefa dos patriotas, no momento atual, é fazer chegar ao governo, por todos os meios ao seu alcance, o repúdio contra a barganha de nosso território, é fazer sentir às forças patrióticas que ali atuam, que contam com o necessário apoio para resistir à alienação de nossa soberania.

E POR fim numa negociação entre países como a que se leva a efeito em surdina, às escondidas da opinião pública, não pode deixar de ser ouvido o Parlamento, através do qual o povo deve fazer sentir mais fortemente sua vontade. A Constituição é clara e categórica a esse respeito. Ouvir, pois o Congresso, no caso de Fernando de Noronha, é condição primordial da qual não abrirão mão os milhões de patriotas e democratas que querem o Brasil livre e independente e, como ponto de partida para isso, exigem pleno respeito à soberania nacional.

Regulamentação do
Arrendamento Rural,
um Problema Urgente

(LEIA NA PAG. 10)

VOZ OPERÁRIA

Nº 400 — RIO DE JANEIRO — 19/1/1957

Os marechais da União Soviética Iukov e Rokossovsky receberam das mãos de K. E. Voroshilov, Presidente do Presidium do Soviet Supremo da URSS, a Ordem de Lênin, por motivo do seu 60º aniversário. O marechal Iukov recebeu pela quarta vez, a Ordem de Lênin com a medalha de ouro. Na foto aparecem os dois marechais condecorados em companhia de K. E. Voroshilov. É esta a primeira foto de Rokossovsky exibindo o uniforme soviético, após o seu regresso da Polónia.



BOLETIM DE DEBATE

ARTIGOS DE:

- ★ Oswaldo Peralva — Uma Vez Mais Sobre os Direitos da Minoria
- ★ Luís Câmara — O Desenvolvimento Econômico do Brasil e o Imperialismo

AS CAUSAS DOS ACONTECIMENTOS NA HUNGRIA

(Texto na Pág. 4)

O BRASIL DESENVOLVE-SE E INDUSTRIALIZA-SE

(Texto na Pág. 5)

"DOCTRINA EISENHOWER", NOVA PLATAFORMA COLONIALISTA

(Texto na Pág. 2)

Doutrina Eisenhower Nova Plataforma Colonialista

A 5 do corrente, o general Eisenhower proclamou oficialmente, sob a forma de mensagem, sua anunciada doutrina para o Oriente Médio e Próximo. Em sua essência, o arrazoado do Presidente dos Estados Unidos visa a obter do Congresso autorização para ampliar a influência dos trustes norte-americanos naquela área, inclusive mediante o emprego de forças armadas. Estamos, assim, em face de uma doutrina tipicamente imperialista, do mesmo gênero de sua ancestral, a «Doutrina de Truman» ou, mais recentemente, do pedido de autorização feito pelo próprio Eisenhower para empregar recursos militares norte-americanos em defesa da camarilha do Kuomintang reacionário que se apoderou de Formosa. Verifica-se que a Casa Branca julgou azado o momento para acelerar o deslocamento de seus parceiros imperialistas anglo-franceses dos países árabes e, ao mesmo tempo, para tentar, por todos os meios a seu dispor que os Estados daquela região subdesenvolvida tenham maiores facilidades para conquistar a independência política e econômica por que se batem.

Não se pode deixar de ver no documento elaborado por Foster Dulles e outros conselheiros do general-presidente uma certa habilidade na apresentação da questão, visando precisamente, perturbar a consciência das pessoas honestas que reclamam, mui justamente, plena liberdade de cada povo escolher o caminho que bem entenda. Por isso, o documento intervencionista é vazado em termos açucarados, quase blandiosos muitas vezes, apresentando a questão como se se tratasse de salvaguardar a independência das nações árabes diante de uma ameaça de «agressão comunista», velho chavão que nos últimos anos tem estado sempre identificado com as principais iniciativas de expansão dos círculos financeiros norte-americanos.

ANÁLISE DEFORMADA

Eisenhower parte de uma análise deformada da situação no Levante. «O Oriente Próximo — diz ele — foi abruptamente atingido por uma nova e crítica fase na sua longa e importante história». Ora, essa «crítica fase» tem como traços marcantes precisamente a luta pela independência que realizam os países daquela região, expresso na conquista da independência política formal de vários deles e na independência efetiva de alguns outros.

Sobretudo o Egito e a Síria têm, nos últimos anos, desenvolvido uma política de colaboração amistosa com quase todos os países que não procuram interferir em sua vida nacional e afirmando uma política independente. De outro lado, enfrentam esses Estados e os povos árabes em seu conjunto uma resistência desesperada dos centros imperialistas. Vimos, há alguns anos, a cínica intervenção norte-americana, inglesa e francesa no Irã porque um Governo nacional (o do dr. Mossadegh) nacionalizou o petróleo. Desde o fim da guerra, no Iraque, na Síria e em outros países tem-se sucedido vários golpes e, na Jordânia, essa situação só pôde sanar-se depois da expulsão de Glubb Pasha, o «homem forte» britânico em Amã. Finalmente, em relação ao Egito, são de ontem os bombardeios e desembarques anglo-franceses, originados na nacionalização do Canal de Suez pelo coronel Nasser.

BREVIÁRIO DA HIPOCRISIA

Eisenhower, com notável varifício, «desconhece» todos esses fatos e passa por alto a grande crise política originada pelas tentativas de submeter o Egito. «Há pouco, diz ele, registraram-se ali hostilidades que envolveram nações da Europa Ocidental, as quais antigamente, exerciam muita influência na região. Deve-se a isso acrescentar que o ataque de proporções relativamente grandes, desfechado por Israel, no mês de outubro, aumentou as divergências básicas entre essa nação e seus vizinhos árabes. Toda essa instabilidade foi aumentada e às vezes explorada pelo comunismo internacional».

As «hostilidades que envolveram nações da Europa Ocidental» são as decorrentes da agressão anglo-franco-israelense ao Egito, que Eisenhower procura apresentar disfarçadamente. Mais do que isso: destorce a realidade pois, como se sabe, a crise de relações

AMEAÇA A INDEPENDÊNCIA DOS POVOS DO ORIENTE PRÓXIMO E MÉDIO A INVESTIDA EXPANSIONISTA PLANEJADA NO PENTÁGONO -- FADADA AO MESMO FRACASSO QUE A DOCTRINA TRUMAN

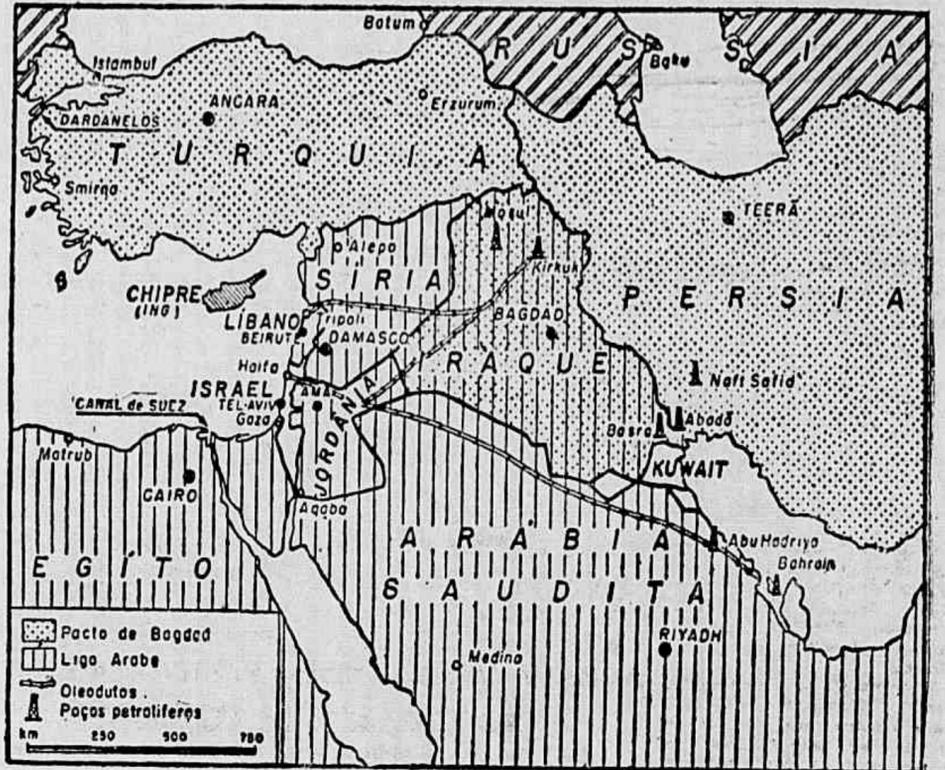
ente Médio e de uma pretensa intenção da URSS de dominar aquela área, para disfarce de suas investidas. Ninguém recusa a importância que tem para o Ocidente, por exemplo, o Canal de Suez mas ninguém de bom senso veria nisso uma justificativa para escravizar o Egito. De fato, a crise do Oriente Médio foi provocada e é agora alimentada pelos imperialistas, inclusive norte-americanos que se dispõem, atualmente, a assumir a principal quota de responsabilidade na pressão contra os árabes.

Cinicamente, o presidente norte-americano, adverte os árabes contra o que classifica de «blandícias» soviéticas. Mas, é conhecido que não são os soviéticos e sim os norte-americanos, ingleses e franceses que mantêm monopólios naquela região, canalizando fabulosos lucros para os bancos de Londres, Nova York e Paris; é conhecido que não são os soviéticos, e sim os norte-americanos, ingleses e franceses que articulam pactos agressivos como os de Bagdá e alardeiam falsas teorias como a de Eisenhower. E não foi por acreditar nas «blandícias» norte-americanas que o presidente Nasser viu-se sem créditos para erguer a represa de Assuã e não foi por prevenir-se contra elas que pôde obter armas nos países socialistas para resistir à agressão que se vinha articulando e que, finalmente, desencadeou-se em outubro.

Sobre esse arancel construído o pedido de poderes para intervir no Oriente Próximo e Médio. Nem sequer se focilizam problemas tão importantes como do futuro de Suez, a questão da Palestina e as relações entre Israel e os árabes, sob a desculpa de que para eles os Estados Unidos já tem uma política definida na ONU.

INCONCILIÁVEL COM A CARTA DA ONU

A atuação preconizada por Eisenhower abrange medidas econômicas, militares e políticas e tem como centro a uti-



lização da força militar nas circunstâncias que parecem necessárias aos Estados Unidos. Ainda nesse caso, os imperialistas procuram dourar a pilula. Declara Eisenhower que a intervenção militar só seria a pedido da nação agredida. Mas a «nação» para os imperialistas norte-americanos pode resumir-se, quando lhes convém, em um grupelho repudiado pelo povo (como Chiang Kai Chek e seus associados, em Formosa) e a «agressão» é identificada como tudo que contraria seus interesses. Pois não tivemos, sordidamente proclamada pelo próprio governo Eisenhower a «agressão» comunista na Guatemala, quando esse país se decidiu a enfrentar a exploração da United Fruit?

Não pode haver a menor dúvida de que a nova doutrina não se concilia de nenhum modo com a Carta das Nações Unidas e com seus objetivos

o que tem sido, aliás, comum às principais iniciativas yanques nos últimos anos. Na mensagem se diz que a «ONU não pode ser um protetor do qual se dependa inteiramente», isto é, declara-se a intenção de agir fora e acima da organização internacional.

Eisenhower tenta, após um período produtivo de distensão internacional, reiniciar a guerra fria em grande estilo. Triste objetivo, fadado ao malogro como se vê pelas reações nos principais países do grupo afro-asiático, dos países socialistas e, mesmo de eminentes personalidades norte-

americanas, entre as quais o senador Kefauver. A guerra fria passada levou o imperialismo a algumas sérias derrotas e o mundo por várias vezes às bordas de um conflito. Se, naquele tempo, quando falavam em nome de um poderoso bloco, os potentes yanques não puderam impor sua vontade aos povos, que dizer, agora, quando são outras as condições mundiais e as contradições inter-imperialistas chegaram a tal ponto que Eisenhower proclama isoladamente, uma política para o mundo árabe, à revelia de ingleses e franceses,

do Egito com a França e a Grã-Bretanha precipitou-se depois que os Estados Unidos recusaram-se a concretizar o empréstimo que haviam prometido ao governo do Cairo para a construção da represa de Assuã, visando com isso a precipitar uma crise interna naquele país. A responsabilidade direta dos Estados Unidos na crise do Oriente Próximo não se mede apenas pela ação de suas companhias de petróleo e outras na região, mas, igualmente pela ação diplomática direta que vem sendo exercida. Além da instalação de bases em países daquela zona, os Estados Unidos participaram diretamente (e ainda participam) da Associação dos Mutuários do Canal de Suez, companhia fantasma fabricada em Londres pelas principais nações capitalistas.

Desse modo Eisenhower finge, como não podia deixar de acontecer à própria verdade dos fatos, pois os Estados Unidos não são um fator de estabilidade no Oriente Próximo, mas de inquietação e perturbações incontáveis.

ALEGAÇÕES CAPCIOSAS

Na segunda parte de sua Mensagem, Eisenhower trata da importância política do Ori-



Yves Montand e Simone Signoret palestram com artistas soviéticos

Yves Montand o popular cantor francês, visitou há pouco a capital soviética em companhia de sua esposa, Simone Signoret. A criadora de «Dedée d'Anvers» e de outros filmes conhecidos do público brasileiro aparece durante uma recepção de Natal na Casa Central dos Trabalhadores da Arte, em Moscou. Juntamente com os visitantes franceses estão os artistas soviéticos Y. Zavadsky e V. Maretskaia.

CHU EN-LAI: «O POUP DEU PROVAS DE GRANDE SABEDORIA E DECISÃO, AO CORRIGIR SUAS FALTAS»

A VIAGEM que vem realizando Chu-En Lai, primeiro-ministro da República Popular Chinesa, à URSS e outros países socialistas, contribuiu para estreitar os laços que unem o campo do socialismo, baseados nos princípios do internacionalismo proletário. Chu-En Lai realizou conversações em Moscou, com os dirigentes do Estado Soviético e do PCUS, seguindo depois para Varsóvia, daí para Budapeste, de onde voltará a Moscou, antes de retornar a Pequim. As conversações realizadas, esta semana, na capital polonesa, decorreram em um clima de fraternidade, em proveito das relações entre a Polónia e a China Popular e entre os partidos comunistas dos dois países.

«Para a maioria da nação polonesa — declarou, em discurso de despedida do premier chinês, o ministro das Relações Exteriores da Polónia, Rapacki — o socialismo não significa unicamente justiça ou um nível de vida mais elevado. Significa também independência nacional. As medidas que tomamos recentemente corresponderam às aspirações de nossa nação, servem aos interesses dos países do campo socialista e estreitam os laços que os unem sobre a única base possível: a da ajuda mútua, da soberania nacional, da igualdade de direitos e da liberdade na escolha dos métodos e formas de edificação do socialismo».

Chu-En Lai, respondendo, saudou o Partido Operário Unificado Polonês e seu primeiro secretário, Gomulka, declarando: «O POUP deu provas de grande sabedoria e decisão ao reparar suas faltas. O Partido, dirigido pelo camarada Gomulka, luta atualmente com energia em defesa do socialismo na Polónia. Estamos certos de que conseguirá vencer, gradualmente, suas dificuldades e conquistará novos êxitos na edificação do socialismo». Chu-En Lai referiu-se, por fim, às relações entre a Polónia e a União Soviética, assinalando que «o povo chinês vê com satisfação que a situação anormal existente entre esses dois países desapareceu graças aos esforços comuns desenvolvidos pelos dirigentes poloneses e soviéticos, nas entrevistas de Moscou.»

Conspira-se, de Washington, Contra a Petrobrás

O DESVIO DAS ROTAS DOS PETROLEIROS QUE ABASTECEM O BRASIL É MANOBRADA DESTINADA A CRIAR DIFICULDADES QUE POSSIBILITEM OS PRIMEIROS ARRANHÕES NA LEI DO MONOPÓLIO ESTATAL — PROTESTOS DO GOVERNO BRASILEIRO — COMÉRCIO COM A URSS, MEDIDA QUE SE IMPÕE IMEDIATAMENTE

SUTIS maquinações para modificação e posterior liquidação da lei que instituiu a Petrobrás (regime de monopólio estatal na exploração do petróleo) estão em desenvolvimento. Em diversos círculos desta Capital circulam rumores de que alguns elementos entreguistas de dentro do governo, de parceria com os trustes, estariam estudando as fórmulas menos chocantes pelas quais se iniciaria a ofensiva contra a atual legislação nacionalista do petróleo.

PRIMEIRA MANOBRADA DE ENVERGADURA

Neste sentido, a primeira manobra de envergadura par-

dos. Recentemente, o Comitê (norte-americano) de Urgência para o Oriente Médio tomou uma decisão que, posta em prática, criará graves dificuldades à Petrobrás e às refinarias particulares nacionais. Aproveitando-se da crise que se abriu no abastecimento de petróleo para a Europa, em face da interrupção da navegação no canal de Suez, o Comitê norte-americano decidiu desviar para o velho continente a produção petrolífera venezuelana, com a qual se abastece nossas refinarias. O petróleo fornecido ao Brasil seria o do Oriente Médio, a ser transportado através de um percurso extremamente longo (pois isto se daria por

meio de uma verdadeira circunavegação do continente africano). Nestas condições, o Brasil compraria petróleo a preços muito mais elevados que atualmente, o que implicaria num aumento incalculável dos gastos em divisas, capaz de prejudicar fortemente os planos de desenvolvimento da Petrobrás e demais planos econômicos do atual governo.

PROTESTOS DO GOVERNO BRASILEIRO

Através de seu representante na Organização dos Estados Americanos, o governo Kubitschek protestou com energia contra o plano norte-americano, apontando os graves danos que traria para o Brasil. Naquela organização afirmou o embaixador Fernando Lobo: «O anunciado desvio de rota dos petroleiros provocará, em consequência, uma redução considerável da refinação do país e poderia, igualmente, acarretar uma escassez de petróleo e de produtos petrolíferos, uma despesa maior de divisas estrangeiras, a paralisação de certas atividades econômicas e uma redução da produção petrolífera, que dependem, em uma certa medida, da economia de divisas estrangeiras que representa o programa de refinação».

A "OPORTUNIDADE" DOS TRUSTES

Como sempre, os Estados Unidos, diante do protesto brasileiro, «prometeram» estudar uma solução para o problema da escassez de petróleo que «não ferissem os interesses das nações amigas». Segundo o embaixador Randell, representante dos EE. UU. na OEA, «o Comitê velará para que os petróleos brutos venezuelanos continuem a ser entregues às refinarias aparelhadas para seu tratamento e os petróleos do Oriente Médio serão enviados para onde seu refino for possível». A promessa de «não prejudicar» os interesses do Brasil é, como se vê, um tanto vago e dependerá, ainda de «negociações». Nessas negociações, precisamente, é que os trustes vêm a desejada oportunidade de uma pressão ainda mais forte sobre o Sr. Kubitschek a fim de que permita ao capital estrangeiro «ajudar o Brasil» a produzir mais petróleo.

MEDIDAS URGENTES PARA DEFESA DA PETROBRÁS

É possível que, em face da consciência patriótica que já

penetrou todo o nosso povo nos problemas relativos ao petróleo, consciência que fez o Sr. Lucas Lopes declarar em Washington ser mais fácil derrubar o governo do que a Petrobrás, o governo JK resista, uma vez mais, a esta pressão. No entanto, é necessário advertir que as exigências norte-americanas sobre o nosso petróleo não são isoladas, fazem parte de todo um plano de pressões e chantagem para levar o atual governo à capitulação completa diante dos monopólios ianques. Assim é que, esgrimindo com a chantagem de guerra e com as cláusulas do famigerado acordo militar Brasil-Estados Unidos, o governo norte-americano procura «legalizar» todas essas exigências — inclusive as relativas ao petróleo; a cessão de bases militares em nosso território, etc. — com a existência de tratados lesivos à soberania nacional.

Por isso não se pode perder de vista a ameaça realmente existente de torpedeamento da Petrobrás através dessas manobras norte-americanas, o que exige, não somente a firme vigilância popular para impedir qualquer arranhão na lei que instituiu o monopólio estatal, como também a adoção de medidas na lei que assegurem, em qualquer circunstância, o funcionamento ininterrupto e o desenvolvimento da Petrobrás.

AMPLIAR O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Neste sentido coloca-se urgentemente na ordem do dia o problema do estabelecimento de relações comerciais amplas entre o Brasil e a União Soviética, assim como entre nosso país e outros países do sistema socialista com os quais não comerciamos normalmente. Sabemos, por exemplo, que a União Soviética é, hoje, uma das grandes fornecedoras de petróleo bruto à Argentina e poderia sê-lo também, de nosso país.

Ainda recentemente, o embaixador soviético em Montevideo, em entrevista a um vespertino carioca, reiterava, o interesse da URSS em comercializar diretamente ao Brasil, ao qual poderia fornecer maquinaria pesada (inclusive todos os equipamentos necessários à indústria petrolífera), assim como petróleo bruto, em troca de café, cacau e outros produtos brasileiros. Outros países socialistas, como a România, poderiam, igualmente, vender petróleo ao Brasil em condições altamente vantajosas.

Assim, para que nosso país fique salvo das consequências, de qualquer represália dos trustes, a pretexto da «escassez de petróleo» urge que o governo, entre outras medidas, procure imediatamente estabelecer um comércio amplo e vantajoso com todos os países do sistema socialista.

PREJUDICA A TRITICULTURA NACIONAL A COMPRA DO TRIGO EXCEDENTE DOS EE.UU.

O governo brasileiro assinou um convênio com o governo norte-americano, pelo qual o Brasil comprará, nos próximos três anos, 1.800.000 toneladas do trigo excedente dos Estados Unidos.

A transação é apresentada como «altamente vantajosa» para o nosso país, pelo fato de o trigo ser pago em cruzeiros e, além disso, estes cruzeiros se transformam em empréstimos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para financiamento de créditos a determinadas empresas que se solicitarem com o apoio das autoridades americanas.

VANTAGENS, SÓ PARA OS AMERICANOS

A realidade é que a operação é prejudicial aos interesses brasileiros e altamente interessante para o governo norte-americano.

Como se sabe, os EE. UU. estão a braços, há vários anos, com uma crise de «super-produção agrícola», particularmente de trigo. Os estoques aumentam de ano a ano, obrigando o Tesouro norte-americano a despesas fabulosas, não somente para garantir preços razoáveis aos produtores, como também para o armazenamento da produção que não encontra escoamento. Deste modo, qualquer transação que permita ao governo norte-americano se livrar de parte deste excedente, obtendo, em contra-partida, concessões de ordem econômica e política, é para ele uma ótima transação.

DESVANTAGEM PARA O BRASIL

E para o nosso país? Grandes desvantagens se apresentam desde logo. A primeira refere-se aos próprios convênios com os nossos fornecedores tradicionais, como a Argentina, que sai prejudicada com a transação que acaba de ser realizada. Isto expõe o Brasil a ameaça de uma represália, pois que o governo argentino, se tivermos de suspender a compra da quota de trigo que lhe devíamos comprar, poderá, por seu turno, suspender a compra de mercadorias brasileiras de que são consumidores tradicionais (por exemplo: frutas).

Além disso, a compra obrigatória de 600.000 toneladas anuais de trigo aos EE. UU., que se juntarão ao trigo de outras procedências que devemos importar de acordo com vários convênios já assinados, jogará no mercado um excedente deste cereal que se refletirá, inevitavelmente, no escoamento do produto nacional. E, maiores dificuldades para a colocação do trigo brasileiro significarão, certamente, um impacto em nossa triticultura, que tem todas as possibilidades de se expandir rapidamente e tornar o país autosuficiente no que se refere a este produto, dentro de uns quatro a cinco anos.

VANTAGENS APENAS PARA O GOVERNO NORTE-AMERICANO — PODERÁ TORNAR-SE «EXCEDENTE» A PRODUÇÃO NACIONAL DE TRIGO — A FALTA DE SILOS AGRAVA AINDA MAIS A SITUAÇÃO

730 MIL TONELADAS DE EXCEDENTES

De fato, com a assinatura do convênio para a compra do trigo excedente norte-americano deverão entrar no mercado as seguintes quantidades do referido cereal:

Convênio com o Uruguai	300.000 toneladas
Convênio com a Argentina	1.200.000 »
Convênio do «dólar livre»	80.000 »
Trigo excedente dos EE. UU.	600.000 »
Produção nacional (R. G. do Sul) ..	800.000 »
TOTAL	3.030.000 »

Sendo o consumo nacional de 2.300.000 toneladas (dados do Serviço de Expansão do Trigo) haverá, portanto, um excedente de 730 mil toneladas no mercado.

FALTAM, INCLUSIVE, SILOS

Ora, como o trigo é um cereal facilmente deteriorável — mesmo armazenado em silos modernos é difícil conservar-se em boas condições por mais de quatro anos — este excedente terminará prejudicando a expansão da triticultura brasileira, pois qualquer aumento da produção nacional, nos próximos anos, encontrará escoamento cada vez mais difícil.

Sucedendo por outro lado, que praticamente não dispomos de silos necessários para o armazenamento deste excedente — e isto cria a ameaça de vermos apodrecer milhares de toneladas de trigo. Noutras palavras: de jogarmos fora milhões e milhões de cruzeiros.

FINANCIAMENTOS SÓ COM APROVAÇÃO IANQUE

Finalmente, há um aspecto sobre o qual os norte-americanos e a imprensa

«entreguista» chama muito a atenção como uma espécie de «benemerência» norte-americana: o fato de o governo, com o produto da venda do trigo dos EE. UU. poder financiar empresas que solicitem créditos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Mas sabe-se que no acordo firmado em Washington há cláusulas que terminam o consentimento prévio do governo norte-americano a qualquer empréstimo concedido à base deste financiamento. Algumas jornais informam mesmo que somente as empresas norte-americanas que operam no Brasil se beneficiarão com os empréstimos a serem concedidos mediante a venda do trigo americano.

Assim, por meio do governo brasileiro, o governo norte-americano financiará, em cruzeiros, as empresas de seu país que operam no Brasil. Os brasileiros ficarão, apenas, com os riscos da colocação do produto no mercado.

A VOZ OPERÁRIA Aos Seus Leitores e Agentes

Como o faz normalmente em sua atividade diária, a redação da VOZ OPERÁRIA redigiu e entregou a tempo as matérias que figurariam no número 400 deste jornal, cuja circulação se daria a 12 do corrente. Por motivos independentes da direção da VOZ OPERÁRIA, a oficina entretanto não compôs em tempo útil às matérias, o que impediu na prática a circulação do jornal.

A direção da VOZ OPERÁRIA, conforme nota divulgada por «Notícias de Hoje», de 12 do corrente, e na «Imprensa Popular», de 13, tomou providências para a circulação normal deste semanário.

A direção da VOZ OPERÁRIA

SEMANA POLÍTICA

Novamente no cartaz político os rumores sobre «pacificação». Todos os jornais se referem a conversações e pronunciamentos contra ou a favor. Mas nenhum procurou definir de que «pacificação» se trata, o que se quer, o que se pretende com este chamado «desarmamento dos espiritos», com os apelos a novas composições entre governo e oposição.

Ora, desde que a U.D.N. vem sendo derrotada nos sucessivos pleitos eleitorais, se fala e insiste nesta história de «pacificação». Tentou-se «pacificar» durante o governo de Dutra e também, depois, no governo de Getúlio. No governo de Dutra a «pacificação» concretizou-se através do cambalacho da «união sagrada»: a oposição recebeu convidativos cargos do governo, enquanto governo e «oposição» realizavam uma política de reação e traição nacional. Mas, ainda assim, a «pacificação» desapareceu quando se tratou da corrida ao voto do eleitorado.

E' desta mesma «pacificação» que se cogita, presentemente. Isto é, da aproximação entre os setores mais reacionários do governo e os da oposição udeno-golpista para a execução de uma política reacionária e ao gosto dos monopólios norte-americanos.

Mas — é evidente — hoje semelhante composição é muito mais difícil do que no passado, embora não seja impossível. No governo Dutra, por exemplo, a «união sagrada» não exigiu mais que um simples acordo de cúpula em torno dos quadros da administração. O governo era, então, um só bloco reacionário e entreguista que, sem choques internos, podia atrair à sua esfera todos os setores políticos que seguiam uma orientação antipopular e antinacional.

Hoje a situação é bem diversa. O governo atual já não representa um bloco reacionário e entreguista. Conta em seu seio, reacionários e entreguistas, mas também setores democráticos e patrióticos, cuja influência é indiscutível em muitos atos da administração, tais como o apoio à Petrobrás, a nova política atômica, o apoio à industrialização, a revisão dos níveis do salário-mínimo, etc. Assim, a propalada «pacificação» teria de significar o afastamento desses setores, o abandono das posições nacionalistas diante de uma série de questões vitais, a fim de permitir uma composição entre os reacionários de dentro e de fora do governo.

Mas é evidente que aí não haveria qualquer «pacificação», mas sim um enfraquecimento considerável do governo, que se isolaria totalmente de poderosas forças capazes de lhe dar uma base popular e de sustentá-lo diante das maquinações dos que procuram impor ao país um regime de exceção, liquidando o poder constitucional.

A verdadeira pacificação nacional é a união do povo. E para esta o governo pode contribuir poderosamente se procurar apoiar-se no próprio povo, resistindo à crescente pressão do imperialismo norte-americano, fortalecendo as posições daqueles seus auxiliares que se dispõem a esta resistência. De outro modo abrirá, na verdade, um abismo entre o governo e o povo, tornando-se, assim, vítima fácil de qualquer aventura golpista.

As Causas dos Acontecimentos da Hungria

"JUSTIFICANDO-SE COM A NECESSIDADE DE MANTER A UNIDADE NO PARTIDO, A CAMARILHA DIRIGENTE ACUSAVA TODA CRITICA JUSTA COMO ATIVIDADE FRACIONISTA, IMPEDINDO, ASSIM, QUE OS PROBLEMAS FOSSEM RESOLVIDOS NO ESPIRITO DO PARTIDO E DA DEMOCRACIA" — AS QUATRO CAUSAS PRINCIPAIS DOS ACONTECIMENTOS DE FINS DE OUTUBRO

O COMITÊ Central Provisório do Partido Operário Socialista Húngaro realizou, de 2 a 5 de dezembro último, importante reunião plenária, na qual discutiu um informe de Janos Kadar sobre a situação política e as tarefas do Partido. O Comitê Central adotou uma resolução na qual analisa os acontecimentos iniciados em 23 de outubro e suas causas, assim como as tarefas do Partido na situação atual. Reproduzimos, a seguir, a primeira parte deste importante documento (publicado na "Pravda" de 9 de dezembro), com subtítulos da redação da VOZ OPERARIA. Posteriormente publicaremos sua parte final, relativa às tarefas do Partido Operário Socialista Húngaro.

As Causas e Premissas Dos Acontecimentos

Para uma análise mais detalhada e exata das causas e das premissas dos acontecimentos que se iniciaram em 23 de outubro de 1956 é necessário uma maior coleta de dados e a análise destas. No entanto, já hoje são perfeitamente claras as causas, as forças motrizes principais e as particularidades características que provocaram os acontecimentos. Estes foram provocados por quatro causas principais ou fatores motrizes. Essas causas e fatores atuaram no mesmo tempo, paralelamente, ligados reciprocamente em ação mútua já muito antes das explosões dos acontecimentos, e, exercendo influência uma sobre o outro, levaram ao seu trágico desencadeamento. Essas causas e forças motrizes são as seguintes:

A Camarilha Rakosi-Geroe

1. — A camarilha Rakosi-Geroe, com influência decisiva sobre o Comitê Central do Partido Húngaro dos Trabalhadores e o Governo da República Popular da Hungria, a começar de 1949 se afastou das bases de princípios do marxismo-leninismo. Implantou na vida partidária e estatal, e também na administração da economia, uma política sectária e dogmática, métodos burocráticos de direção que não admitiam objeções. Esses métodos nocivos acarretaram erros e crimes extremamente graves, tanto na vida partidária como na vida estatal, impedindo a ampliação do democratismo na vida partidária e social e violando grosseiramente as leis socialistas. Impuseram ao povo uma política econômica que não levava em conta as possibilidades econômicas do país e impediu o levantamento do nível de vida dos trabalhadores. Transgredindo o princípio leninista do voluntarismo, esses erros e crimes comprometiam seriamente a ideia do movimento cooperativo perante parte considerável do campesinato. Ofendiam, de maneira pro-

funda, os sentimentos nacionais e patrióticos do povo húngaro pela cópia mecânica do exemplo soviético, pela interpretação errada da amizade soviético-húngara, relegavam a plano secundário os interesses do país, subestimavam e ignoravam nossas tradições progressistas e nossos valores culturais e nacionais. Com seu método anti-leninista de dirigir, estranho ao Partido Comunista, a camarilha Rakosi-Geroe provocou a ruptura entre a direção partidária e os membros de bases do partido, entre o partido e a classe operária, entre esta e seu aliado — o campesinato — e também entre o partido e a intelectualidade, minando e enfraquecendo a autoridade do partido.

Rakosi-Geroe Apegam-se aos Postos

Essa camarilha dirigente não era capaz de reconhecer e corrigir seus grandes erros e crimes, não modificando no fundo sua conduta após o histórico XX Congresso do P.C.U.S., não tendo em conta suas decisões e diretrizes. Agarrava-se freneticamente às suas posições e ao poder, até mesmo quando, no fundamental, desde o começo de março de 1956, ela se opunha a considerável parte do Comitê Central, à maioria dos militantes do partido, podíamos afirmar a todos os membros de base do partido, e no fundo se achava na situação de uma camarilha isolada. Justificando-se com a necessidade de manter a unidade do partido, essa camarilha acusava toda crítica justa como atividade fracionista, impedindo, assim, que os problemas fossem resolvidos no espírito do partido e da democracia.

Movimento Democrático de Oposição

A política sectária da velha direção partidária deu origem a um amplo movimento democrático de oposição, no período posterior ao verão de 1953, em primeiro lugar no partido, e depois, sob a direção dos melhores representantes dos comunistas, entre as amplas massas dos trabalhadores. Os comunistas e as massas democráticas sem partido, revoltados com os graves erros, lutaram por corrigi-los, continuando, porém, fiéis às ideias do comunismo, ao regime social socialista e à República Popular da Hungria.

Os participantes do movimento democrático de massas, fiéis ao socialismo, claramente assim se manifestaram antes dos acontecimentos de outubro, durante esses acontecimentos e depois deles.

Desvirtuamento da Luta de um Grupo da Oposição

2 — Grande papel na origem

dos acontecimentos de outubro e em sua trágica reviravolta foi representado pelo grupo de oposição partidária, formado durante os anos anteriores e em constante fortalecimento. Grupo que escolheu como sua bandeira Imre Nagy e Gessa Loechontsi. Pode-se considerar a atividade desse grupo da oposição partidária positiva enquanto sua luta se orientava, em conjunto com toda a oposição partidária, contra a política da camarilha Rakosi-Geroe. Na primavera de 1956 sobreveio, porém, em sua atividade, uma tal reviravolta que modificou radicalmente o caráter de suas manifestações. Erroneamente o grupo de oposição partidária levou para a rua as críticas ao partido, e a estas se incorporaram elementos reacionários. Assim,



JANOS KADAR

Reuniram-se Representantes de Partidos Comunistas Europeus

Importantes conversações ocorreram na última semana entre os Partidos Comunistas europeus. Em Budapeste reuniram-se dirigentes e representantes dos Partidos Comunistas e dos governos da União Soviética, Hungria, Romênia, Bulgária e Tchecoslováquia. Tomaram parte na reunião: pela URSS, N. S. Kruschiov e G. M. Malenkov; pela Bulgária, Jikov e Damianov; pela Hungria Kadar e Munnich; pela Romênia, Dej e Boriola; e pela Tchecoslováquia, Novotni e Sikri. A conferência condenou a doutrina Eisenhower como «expressão das aspirações coloniais dos Estados Unidos, que procuram escravizar o Oriente Médio» e se pronunciou particularmente sobre os acontecimentos de outubro na Hungria, declarando que «após o esmagamento da contra-revolução, a economia socialista da Hungria obtém um novo surto, num ritmo incessantemente acelerado».

Os participantes da reunião também trocaram uma série de pontos de vista sobre a nota soviética de 30 de outubro de 1956 e concluíram unanimemente pela aprovação dos seus termos, baseados em que «atendem por completo aos interesses do fortalecimento das relações amistosas entre os países socialistas, à base do respeito dos princípios leninistas de igualdade, respeito aos interesses de todos os povos, da não intervenção recíproca nos assuntos internos, sobre os princípios do internacionalismo proletariado».

CONVERSACOES POLONO-IUGOSLAVA

Também em Varsóvia, segundo notícia a Agência Sim-Huá, de Pequim, terminaram as conversações entre as delegações da Liga dos Comunistas Iugoslavos e do Partido Operário Unificado Polonês.

Entre os assuntos tratados — conforme adianta a mesma agência de informações — figuraram os caminhos de desenvolvimento para o socialismo, dedicando-se grande atenção ao problema do papel do Partido como guia da construção socialista.

Ambas as partes acentuaram a grande significação do XX Congresso do PCUS no sentido do desenvolvimento da teoria e da prática do socialismo, da vivificação do movimento operário internacional e da criação de condições favoráveis para uma justa cooperação entre os diferentes Partidos Comunistas. Ambas as partes acentuaram ainda que os vários países chegariam ao socialismo através de diferentes caminhos, enriquecendo, assim, as formas da inevitável marcha da sociedade para o socialismo.

Também o comunicado afirma que no decorrer das conversações ambas as partes demonstraram concordância de pontos de vista sobre a necessidade de cooperação bilateral entre os partidos, à base de ampla e sincera informação sobre determinados assuntos, a fim de chegar-se a um acordo de opiniões. Este gênero de discussão e, quando necessário, a crítica mútua construtiva e sincera, muito auxiliará o desenvolvimento da teoria e da prática socialistas embora não deva interferir nos problemas internos do Partido ou do Estado.

O comunicado assinala que ambas as partes reconhece-

essa crítica foi deturpada e já agora não ameaçava as posições da camarilha Rakosi-Geroe, e sim minava a autoridade de que o partido gozava, atacava as posições e as bases da classe operária e do regime popular democrático húngaro. Esse grupo da oposição partidária, sem apresentar um programa positivo para corrigir os erros, atacava unilateralmente apenas o partido, sem estabelecer linha de demarcação com a reação, estimulando as forças reacionárias e em grau considerável contribuindo para a explosão da contra-revolução.

O Papel da Contra Revolução

3. — No preparo e coroamento dos acontecimentos de outubro a contra-revolução horthysta-fascista e burguesa-latifundiária húngara manifestou-se na qualidade de força fundamental. Muitas de suas forças realizavam trabalho subterrâneo dentro do país, enquanto que suas forças principais eram reunidas e organizadas na Alemanha Ocidental. O objetivo da contra-revolução húngara era restaurar o regime burguês-latifundiário, do qual não desistira nem por um instante desde a sua derrota em 1945. Ao contrário, desde então organizava sem cessar suas hostes e sómente aguardava momento oportuno para atacar nosso sistema popular democrático e realizar seus objetivos contra-revolucionários.

O Papel dos Imperialistas

4. — E, finalmente nos acontecimentos húngaros o papel fundamental e decisivo foi representado pelo imperialismo internacional, cujos objetivos naturalmente, ultrapassavam a questão húngara.

Pelo passado recente, todo mundo sabe das provocações feitas pelo imperialismo internacional no Viet Nam, na Coreia, na Ilha Formosa e no Canal de Suez. Esses exemplos revelam que o imperialismo internacional não desistiu de suas tentativas de continuar a oprimir e explorar os povos. Não desistiu de seu plano de desencadear guerras locais que podem levar à III Guerra Mundial. A interferência do imperialismo internacional nos acontecimentos da Hungria, seu papel no preparo dos acontecimentos de outubro, é um fato conhecido por todos, ainda demonstrado pelo fato de que as estações de rádio ocidentais em poder dos imperialistas — «A Voz da América» e «Europa Livre» — durante os últimos doze anos, nem por um minuto deixaram de fazer intensa propaganda contra a República Popular Húngara e suas instituições. Em 1945 manifestaram-se contra a Reforma Agrária, posteriormente contra a nacionalização das usinas, fábricas, minas e bancos, e durante os últimos três anos fizeram todos os esforços para, por meio de um exagero desmedido dos erros realmente

existentes, utilizá-los a fim de instigar o povo contra a edificação do socialismo e com a finalidade de voltar os comunistas húngaros e as massas de tendências democráticas contra as ideias do socialismo e o regime popular democrático na República popular da Hungria.

Destacamentos Armados no Estrangeiro

O papel criminoso dos círculos imperialistas internacionais, atuando e dirigindo por detrás dos bastidores, é demonstrado também pelo fato de que na Alemanha Ocidental vêm-se reunindo, já há alguns anos, com objetivos contra-revolucionários, os restos do exército e da polícia horthysta que fugiram para o ocidente em conjunto com os fascistas hitleristas. Esses elementos eram mantidos em casernas, uniformizados e armados treinados militarmente e pagos com dólares americanos. Os destacamentos de vanguarda dessas forças voltavam à Hungria já meses antes dos acontecimentos de outubro e em quantidade crescente para se entregarem a atividade de sapa contra nosso regime popular democrático.

O objetivo dos imperialistas era criar novo foco de guerra — já agora no continente europeu — por meio da ajuda à contra-revolução para a tomada do poder na Hungria.

ram unanimemente que na luta pelo alívio da tensão nas relações internacionais e pela consolidação da paz mundial, na luta em defesa dos interesses da classe operária e das nações oprimidas, é necessário estabelecer e ampliar a cooperação com aqueles partidos socialistas e movimentos progressistas que desejem cooperar à base da igualdade de direitos e da não-interferência nos assuntos internos.

AMEAÇADO O PAÍS DE UMA INFLAÇÃO GALOPANTE

Segundo cifras divulgadas pela Caixa de Amortização, o papel-moeda em circulação no país se elevava, em 31 de dezembro findo, a cerca de 81 bilhões de cruzeiros. Comparando-se com o papel-moeda em circulação no mês anterior — 30 de novembro — verifica-se que houve um aumento de mais de 4 bilhões em tão curto período.

O sr. Lucas Lopes, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico causou, em recente conferência, que o ritmo inflacionário no Brasil, no ano passado, foi de cerca de dois por cento ao mês. Pode-se compreender o que tal fenômeno significa para as grandes massas trabalhadoras: desvalorização violenta da moeda e, em

consequência, queda vertical e constante do poder aquisitivo dos salários (isto é, do salário real). Num plano mais geral isto significa, também, um entrave muito grande à industrialização.

As medidas até agora adotadas pelo governo para combater a inflação revelaram-se inadequadas. Os problemas de fundo — comércio amplo com os países socialistas, maior tributação dos lucros extraordinários, suspensão ou drástica redução da remessa de lucros para o exterior, etc. — que podem concorrer efetivamente para deter a marcha inflacionária, não foram atacados. Ou o governo se enfrenta — e o povo deve exigir que os enfrente — ou o país poderá ser mergulhado no caos de uma inflação galo-

O BRASIL DESENVOLVE-SE E INDUSTRIALIZA-SE

Já não se pode dizer do Brasil que seja um país essencialmente agrícola, mero exportador de matérias-primas e produtos de sobremesa e comprador das manufaturas que consome. A verdade é que, nas últimas décadas e, particularmente a partir de 1950, vem-se transformando com relativa rapidez o quadro geral da economia brasileira, no sentido da criação de uma base industrial. Embora em vários aspectos ainda perdurem, em nossa economia, os traços de uma economia semicolonial, a realidade é que estes traços em lugar de se acentuarem, estão se tornando menos marcantes em consequência da expansão da indústria nacional.

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Para se ter uma idéia do crescimento da indústria, em nosso país, basta cotejarmos os dados referentes aos diversos recenseamentos. Em 1900 funcionavam no Brasil 793 fábricas. Em 1949 já operavam 89.086. De 1948 a 1954, segundo cálculos de «CONJUNTURA ECONÔMICA», o crescimento industrial do país foi 56%.

Este desenvolvimento fica mais evidente se cotejamos a potência instalada na indústria, nos diversos períodos. Esta era de 310.364 cavalos vapor em 1920 e de 1.186.358 em 1940. Em 1950 já havia duplicado passando para 2.667.017 c.v. Atualmente esta cifra já deve estar duplicada. O número de operários industriais que era de 275.512 em 1920 já ascendia a 1.257.807 em 1950 e presente-mente anda por cerca de 2.000.000.

Outro índice do crescimento industrial encontra-se na composição da renda nacional. A participação da indústria na criação da renda nacional passou de 18%, em 1939, a 23,2% em 1954. A participação da agricultura caiu de 33,3% em 1939 para 30,3%, em 1954.

A própria composição da valor da produção industrial indica o desenvolvimento crescente dos ramos básicos da indústria. (siderúrgica, cimento, alumínio, energia elétrica, etc.). Cresce a cada ano a participação percentual desses setores no valor total da produção industrial, enquanto o têxtil e de produtos de alimentação vem cecando. Os ramos metalúrgicos, de máquinas, equipamento elétrico e transporte já concorrem com cerca 15 por cento do valor da produção, enquanto os de alimentação, tecelagem e vestuário que contribuíam com 77 por cento já tinham caído, em 1949, para 61 por cento.

SIDERURGIA E METALURGIA

Neste setor, o aumento da produção industrial tem sido surpreendente. De 1945 a 1955 a produção de aço foi multiplicada por 5,5, passando de 205.000 ton. a 1.132.000. Nas metas traçadas pelo atual governo esta produção deverá elevar-se a 2.000.000 toneladas até 1960, assegurando uma relativa auto-suficiência ao país neste setor. (Atualmente, apesar do crescimento da produção de Volta Redonda importamos, ainda, 500.000 toneladas anuais de aço, mais do que importávamos antes do funcionamento daquela siderúrgica. Este dado sobre o consumo de aço mostra, também, o ritmo relativamente desenvolvido do crescimento industrial).

Vale notar que este setor básico da indústria se encontra, fundamentalmente, em mãos do governo (Volta Redonda, ACESITA), ou de grupos nacionais. Só a Belgo-Mineira (capitais franceses, belgas e luxemburgueses) e a Mannesmann, de origem alemã, constituem exceção Volta Redonda, por si só, representa

mais de 50 por cento da produção nacional do aço.

O desenvolvimento da indústria siderúrgica possibilitou uma rápida expansão da metalúrgica. Só no período de 1940-1950 entraram em funcionamento, no país, 756 novos estabelecimentos da indústria metalúrgica. O valor da produção metalúrgica, no mesmo período, passou de Cr. \$987.573.000,00 a Cr. 8.085.177.000,00. Atualmente, a indústria metalúrgica ocupa mais de 7 por cento da mão de obra industrial.

PRODUÇÃO DE CIMENTO

A indústria de cimento é outra em franca expansão, passando a sua produção de 13.000 toneladas, em 1926, a 2.692.000, em 1955. Inicialmente em mãos de grupos estrangeiros (a Perus, capital canadense e a Portland), hoje é dominada pelos grupos nacionais.

ENERGIA ELÉTRICA

De 1950 a 1955 quase duplicou a potência elétrica instalada no país, que passou de 1.833.007 Kw para 3.064.554 Kw. Embora a Light e a "Bond and Share", conservem o monopólio da produção de energia elétrica, principalmente no Rio e em S. Paulo, as iniciativas do governo federal e de governos estaduais, sobretudo se os planos de eletrificação nacionalista, poderão, ao fim deste quinquênio, deslocar totalmente os trustes da posição dominante que ocupam presentemente na indústria de eletricidade. No Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, por exemplo, a CEMIG e a CEERS estão empurrando a plano secundário a Bond and Share, de modo a se criarem condições para a encampação de suas subsidiárias nesses Estados.

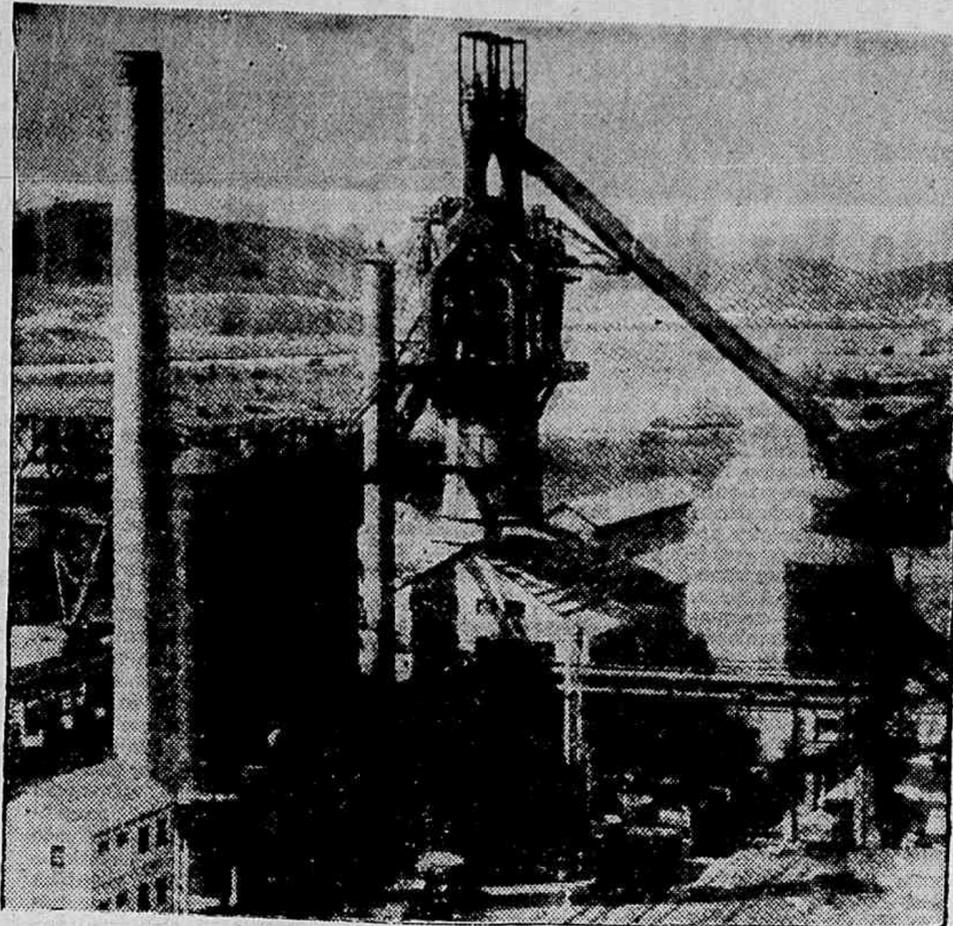
Até 1960, com a realização dos planos de eletrificação, o Brasil deverá estar produzindo mais de 5 milhões de Kw. Toda a potência a ser instalada poderá ficar em mãos de empresas estatais ou mistas (capitais do Estado e nacionais) já que os trustes não têm capacidade para a realização dessas obras sem financiamentos propiciados pelo governo brasileiro.

INDÚSTRIA DE ALCALIS

A montagem de uma indústria nacional de alcalis, por muito tempo sabotada pelos trustes, marcha para a sua concretização. A Fábrica Nacional de Alcalis, montada pelo Estado em Cabo Frio, deverá entrar em funcionamento nos próximos anos, com a produção inicial de 72.000 toneladas de barrilha e 20.000 toneladas de soda cáustica, o que preencherá muito mais de metade do consumo nacional.

PETRÓLEO

A maior empresa em operação no país é, hoje, a Petro-



VOLTA REDONDA, marco no caminho da industrialização do Brasil. Graças, sobretudo, a grande empresa estatal, a produção de aço, em nosso país, foi multiplicada de 5,5 vezes no último decênio, ultrapassando hoje mais de um milhão de toneladas. Volta Redonda responde por mais de 50% desta produção.

brás, cuja receita, sem incluir as contribuições do governo, foi no ano passado de mais de 7 bilhões de cruzeiros. As operações da Petrobrás, em 1956, determinaram, para o país, uma economia de 66.590.000 dólares. Ela produz, atualmente, mais de 70 por cento da gasolina consumida no país e 12 por cento do petróleo bruto. Já está em condições de abastecer o Brasil de asfalto e de alguns outros derivados de petróleo.

DESENVOLVE-SE O MERCADO INTERNO

O crescimento industrial do Brasil marcha a par com o de-

seenvolvimento do mercado interno. A produção real do país cresceu, de 1939 a 1953, de 88 por cento. Houve anos, particularmente a partir de 1945, em que este crescimento foi de mais de 6 por cento, o que é um índice expressivo. A produção industrial responde, particularmente, por esta expansão. De 1939 a 1953 o volume físico da produção industrial brasileira aumentou de 170 por cento.

A produção total do Brasil, que antes se dirigia desproporcionadamente aos mercados do exterior, destina-se atualmente, numa parte muito maior ao mercado interno, o que é um índice de sua ampliação.

Em 1939 os bens e serviços produzidos para o mercado interno representavam 76 por cento do valor total do produto; atualmente já representam 92 por cento. De 1939 a 1952, enquanto a produção exportada declinou de 37 por cento, a produção destinada ao mercado interno aumentou de 120 por cento. Mesmo levando-se em conta o crescimento vegetativo da população, (2,3 por cento anuais), estes índices revelam uma substancial ampliação do mercado interno.

SACRIFÍCIO DAS MASSAS TRABALHADORAS

Este desenvolvimento do país está-se processando, entretanto, sem que as grandes massas trabalhadoras dele se beneficiem, melhorando seu nível de vida. O desenvolvimento industrial, particularmente, tem-se baseado num sistema de preços cada vez mais elevado dos produtos da indústria e em medidas como os financiamentos maciços a empreendimentos estatais e privados, cobertos, geralmente, através de emissões, da elevação de impostos indiretos e de uma série de taxas pagas pelos consumidores.

Não se pode condenar, indiscriminadamente, algumas dessas medidas, como as inversões e os financiamentos improdutivo, ainda quando possam, em determinados períodos exercer pressão inflacionária. O que é necessário e urgente é que se contrabalançam seus efeitos através da adoção de providências capazes de sanear os déficits orçamentários e de deter a alta vertiginosa do custo da vida assegurando-se ao mesmo tempo, melhores salários às massas trabalhadoras.

UMA POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Neste sentido, dois aspectos principais necessitam ser encarados imediatamente pelo governo a fim de romper os entraves a um mais rápido desenvolvimento da economia nacional e, ao mesmo tempo,

melhorar as condições de vida da população.

Um, refere-se ao nosso comércio exterior e à balança de pagamento. Outro à, estrutura agrária do país.

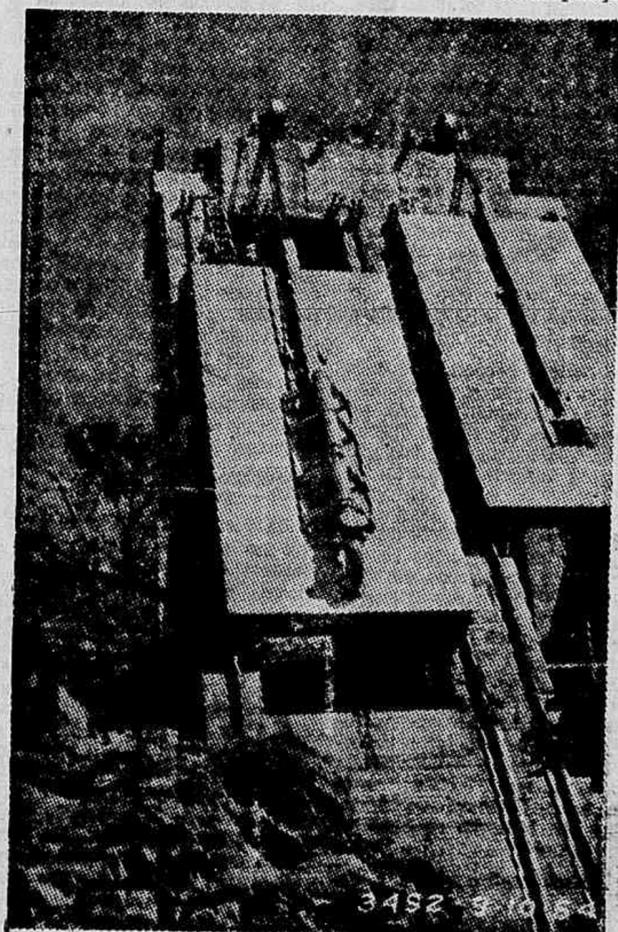
rização de nossa moeda (e que exerce séria pressão o custo da vida no país) e a deterioração das relações de troca (isto é, a "perda de substância" de nossas mercadorias, trocadas, sempre, por menor quantidade de mercadorias estrangeiras). A razão disto encontra-se, realmente, na situação em que se encontra o Brasil, por falta de um comércio normal com todos os países, de vender seus produtos a preços manipulados por monopólios estrangeiros, especialmente norte-americanos.

A par disso, há o problema da remessa de lucros dividendos, juros e amortizações do capital estrangeiro que opera no país. Todos os saldos comerciais que temos obtido nos últimos anos se evaporam na cobertura dessas remessas de rendas do capital estrangeiro e no pagamento dos fretes marítimos (monopolizados pelos armadores estrangeiros, particularmente ianques).

Tudo isto cria dificuldades para um aumento das importações necessárias ao nosso desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que encarece o custo da vida (um face do encarecimento dos equipamentos e matérias-primas importadas) e força a desvalorização do cruzeiro).

O estabelecimento de relações normais do Brasil com todos os países e medidas de limitação dos lucros das grandes empresas estrangeiras, além da limitação de suas remessas para o exterior, são inadivéis para assegurar um desenvolvimento industrial do país sem o impacto inflacionário que sofreremos ultimamente.

Estas medidas têm-se de completar com o início da modificações em profundidade na estrutura agrária do país, através da eliminação dos latifundiários improdutivo e das sobrevivências feudais, a fim-de que nossa agricultura possa sair da situação de crise crônica em que se encontra, e contribuir para o desenvolvimento econômico, em lugar de retardá-lo.



A produção de energia elétrica no Brasil quase duplicou nos cinco anos, já ultrapassando hoje a casa dos 3 milhões de Kw. Este aumento se deve, quase exclusivamente, à iniciativa nacional, principalmente ao governo federal. Na foto, uma das represas de Paulo Afonso.

BOLETIM DE DEBATE

É réplica a meu artigo «Sobre os Direitos da Minoria» («VOZ OPERÁRIA», nº 391), o camarada Hércules Correia dos Santos endereça-me uma carta aberta, através deste periódico (nº 398), levantando três grupos de objeções.

Examinemos o primeiro grupo.

Afirma que isso de minoria nunca foi admitido em toda a história dos partidos comunistas. Não é verdade: pelo menos no Partido Comunista da União Soviética, coexistiram lado a lado, durante o decênio que foi do II Congresso (1903) à Conferência de Praga (1912), mencheviques e bolcheviques, isto é, minoria e maioria. Apenas não eram parcelas estáticas: transmutavam-se dialéticamente uma na outra, inclusive no curso de um só congresso. Em «Um Passo Adiante, Dois Passos Atrás» («Edição Vitória pag. 234»), Lênin ressaltava: «Nada se poderá entender da nossa luta sem um estudo concreto das condições de cada batalha. E estudando-as, veremos bem claro que, com efeito, o seu desenrolar segue a via dialética, a via das contradições: a minoria converte-se em maioria, a maioria, em minoria; cada beligerante passa da defensiva à ofensiva, e vice-versa».

Afirma que isso de minoria nunca jamais reconheceu a minoria. Em toda a sua vida lutou contra a existência da minoria dentro do Partido». Não é verdade: insisto em que essa concepção de unidade mecânica, que leva a soluções administrativas para os problemas de consciência e a unanimidade formal, compulsória e, por isso tudo, absurda (tão absurda que vigorava na prática, mas não foi legalizada sequer no estatuto do PCUS), essa monstruosa disciplina anticomunista que convertia em privilégio de um punhado de iluminados a faculdade de pensar e discordar, enquanto que a cabeça dos outros só servia para balançar que sim, como os bois de presépio — era fruto da desfiguração do leninismo, quero dizer, pelas concepções pessoais de Stálin, que não chegou a se desvencilhar por completo dos esquemas da lógica formal.

Lênin não só admitia a minoria, como algumas vezes fez parte duma minoria e, sempre que se achava nessa situação, não parava um só momento de combater a maioria, em defesa de seus pontos de vista, já que os acreditava corretos. Assim sucedeu, por ex., na ocasião do II Congresso do Partido, quando sua formulação do art. 1º do estatuto, definindo a condição de membro do Partido, foi rejeitada pela maioria, que aprovou a formulação de Martov. No trabalho que há pouco citei, ele enumera as várias fases desse embate, que aqui resumimos (págs. 233-34): «Luta exclusivamente ideológica sobre os princípios fundamentais de organização. Plekhanov e eu estamos em minoria. — Plekhanov e eu conquistamos a maioria (nove contra sete), em parte exatamente porque havíamos sido minoria quanto ao artigo primeiro. — Os oportunistas voltam a salvar Martov. Nós estamos novamente em minoria e defen-

Uma Vez Mais Sobre os Direitos da Minoria

(TRÉPLICA AO CAM. H.C.S.)

OSVALDO PERALVA

demos os direitos da minoria nos organismos centrais.» («grifo de O. P.»)

Ademais, entendendo que se tratava de questão decisiva, não se limitou Lênin a esperar a convocação normal de novo congresso para sua definição. Defendendo pontos de vista derrotados pela maioria, escreveu esse notável trabalho que vimos citando — «Um Passo Adiante, Dois Passos Atrás» — no qual explanou mais detalhadamente e sistematizadamente suas idéias sobre os princípios de organização partidária. «A defesa desta obra de Lênin entre os militantes do Partido — informa a «História do PCUS», cap. II — fez com que a maioria das organizações de base se agrupassem estreitamente em torno a Lênin».

Com a cisão orgânica do Partido, expressa na realização do III Congresso pelos bolcheviques, simultaneamente com a conferência dos mencheviques, separadamente, a questão do art. 10. só voltou à baila em comêços de 1906, no desenrolar do IV Congresso de unificação de bolcheviques e mencheviques. Alí os leninistas se apresentaram de novo em minoria. Apesar disso, sua formulação sobre o art. 1º de cuja justiça ele havia convencido numerosos setores do Partido, foi finalmente aprovada. A maioria curvou-se diante da minoria, que estava com a razão.

Vale a pena recordar mais um episódio, ocorrido em momento difícil, pouco após Outubro de 1917, quando já os comunistas eram um partido governamental e Lênin desfrutava de extraordinário prestígio, como chefe incontestado da revolução triunfante. Tratava-se de fazer a terrível Paz de Brest-Litovsk, mediante concessões exorbitantes aos alemães, porém necessária para salvar o novo regime. Trotsky, então ministro da Guerra, levava até à sabotagem sua recusa em assiná-la. E sua demagogia ameaçava Lênin de uma derrota no próprio Comitê Central. Mas em vez de submeter-se ao ditame de uma maioria possivelmente ocasional e equivocada, Lênin foi ao ponto de declarar que se demitiria do C.C. se sua proposta fosse rejeitada.

Portanto, o Lênin que o camarada HCS pinta — é muito parecido com Stálin e nada tem de semelhante ao verdadeiro Lênin.

Afirma ainda HCS que minoria só pode existir organizadamente como grupo fracionista; do contrário será abstrata e então bastará que se aplique, de forma plena, para satisfazer minha exigência, cujo parágrafo final é o art. 21 de nosso Estatuto seguinte: «É garantido aos que estiverem em desacordo com a resolução adotada o direito de apelar para os organismos superiores, inclusive o Comitê Central e o Congresso do Partido. Enquanto o apelo estiver pendente, a resolução deverá ser cumprida por todos os membros da organização que a adotou». Valha ao menos a admissão de que esse preceito não tem sido aplicado de forma ple-

na; eu diria simplesmente que não tem sido aplicado. Mesmo, porém, que o fosse, isso não bastaria, porque os demais artigos do Estatuto não o complementam, para que pudesse ter efeito concreto.

Imagine-se uma situação semelhante à que Lênin teve de enfrentar após o II Congresso e que o levou a publicar um livro mantendo, proclamando e defendendo sua opinião, de modo a forçar a convocação de novo congresso. Em que artigo de nossa constituição partidária se reconhece esse direito? Em que artigo se oferecem as condições práticas para que a minoria, no intervalo de três anos entre os congressos ordinários, defenda livremente seus pontos de vista, de como o fez Lênin em 1904, e tenha assim a possibilidade de convencer um número de organizações do Partido cujos efetivos representam pelo menos dois terços do total dos membros do Partido? — conforme exige o art. 24, para que se possa convocar um congresso extraordinário?

Não basta, pois, o art. 21, mesmo que seja aplicado até nas vírgulas. Por outro lado, não é verdade (e venho empregando esta palavra apenas em sua acepção mais estrita: conformidade com a realidade, exatidão, etc.) que minoria só possa existir em forma de grupo fracionista. Apesar de sua categórica afirmação em contrário, nosso Estatuto mesmo admite a minoria, embora o fizesse até há pouco somente em palavras. Um dos princípios básicos do centralismo democrático, ali-cerce orgânico do PCB, consiste precisamente na «submissão da minoria à maioria». Logo, a reconhece. Mas, o cam. HCS, impressionado com o método nefasto e impositivo da unanimidade, se recusa a ver até as coisas mais visíveis.

É claro, porém, que não pretendo negar a possibilidade de que uma minoria se transforme em grupo fracionista. Toda fração se compõe de uma minoria, mas nem toda minoria constitui uma fração. Antes, da separação definitiva entre bolcheviques e mencheviques, estes se organizavam, por vezes, em fração, mas não necessariamente e nem sempre. E apesar de terem ficado, a parter do II Congresso, conhecidos como mencheviques (cuja tradução significa minoritários), em contraposição aos partidários de Lênin, também conhecidos como bolcheviques (isto é, majoritários), muitas vezes estes se apresentavam em minoria e aqueles, em maioria.

No «Ante-Projeto de Resolução do X Congresso do Partido Comunista da Rússia sobre a Unidade do Partido», redigido por Lênin (ver suas «Obras Escolhidas», segunda parte do II tomo, edição soviética em francês, pag. 509),

ele assim caracteriza o fracionismo (ou antes, indícios de fracionismo): «grupos com suas plataformas particulares e com uma tendência a, até certo ponto, voltar-se sobre si mesmos e a criar sua própria disciplina do grupo». Concretizando, ajuntou: «Semelhantes indícios de fracionismo se revelaram, por exemplo, em uma das conferências da organização do Partido em Moscou (novembro de 1920) e em Kharkov, tanto por parte do grupo chamado «Oposição Operária», como, parcialmente, do grupo chamado «Centralismo Democrático». Deste modo, Lênin identifica o grupo fracionista por três atributos: 1) plataforma própria, particular; 2) certo isolamento, isto é, estar voltado sobre si mesmo; 3) ter sua disciplina própria. O cam. HCS é, porém, muitíssimo mais rigoroso. Só ao pensar em que qualquer «grupinho» possa ter idéias próprias, assusta-se. Quanto a mim, em meu artigo, ao reclamar para a minoria o direito de manter e defender sua opinião, observei textualmente «ressalvados os deveres da disciplina única para todos e do cumprimento por todos das decisões da maioria».

Em suma, o que defendo, aliás tentando fundamentar uma tese do Projeto de Resolução do C. C., é a ampliação dos direitos dessa minoria. Ali se propõe: «O trabalho teórico permanente em ligação com o trabalho prático cotidiano deve ser estimulado; o livre debate, na imprensa do Partido, dos problemas teóricos e políticos, sob responsabilidade pessoal, deve ser garantido. A liberdade de criação artística e a atividade criadora dos intelectuais comunistas devem ser incentivadas e respeitadas. Conquanto a submissão da minoria à maioria deva ser rigorosamente observada em todo o Partido, é importante examinar a conveniência de vir a ser assegurada à minoria o direito de manter e defender sua opinião».

HCS acusa-me (e aqui entra no segundo grupo de objeções) de atribuir aos chineses uma «interpretação» minha, quando digo que eles raciocinam mais ou menos assim sobre a minoria: «se ela não tem razão, todo o Partido e ela própria se convencerão disso no processo da discussão continuada, o que virá reforçar a unidade partidária; se tem razão, isto também se evidenciará para a própria maioria, mais cedo ou mais tarde, o que propiciará ao Partido a correção de suas posições». E retifica-me, o autor da carta aberta: «Não é bem isso o que diz Liu Chao-tsi no seu informe ao VIII Congresso. Falando sobre o Projeto de novos estatutos diz: «O pro-

jecto prevê que o membro do Partido (note: não é minoria e sim membro do Partido — HCS) tem o direito de revelar integralmente a iniciativa criadora do trabalho e, em caso de não concordar com a decisão do Partido, incondicionalmente realizando essa decisão, manter sua opinião e encaminhá-la aos órgãos partidários dirigentes».

O cam. HCS foi com muita sede ao pote. Extraiu uma frase em favor de sua opinião, desprezando a parte seguinte em que o dirigente chinês se refere a outras medidas democratizadoras, como os congressos permanentes, por ex. Liu Chao-tsi advertiu que essa questão seria desenvolvida por Teng Siao-ping, que interveio no segundo ponto da ordem do dia com um informe sobre modificações na estrutura do P. C. Chinês. Com maior senso de responsabilidade, o cam. HCS teria lido Teng Siao-ping, antes de formular sua acusação. Ali poderia encontrar o trecho abaixo, que não fala em favor do cam. HCS, mas em meu favor.

«O Partido exige que seus membros, embora tendo opiniões próprias, na atividade prática cumpram incondicionalmente as decisões partidárias, o que é de todo justo e necessário. No entanto, nesses casos os comunistas continuam a ter o direito de manter sua própria opinião e encaminhá-la à organização onde estejam estruturados ou à organização partidária superior. As organizações partidárias não devem obrigá-los a desistir de suas opiniões, a pretexto de disciplina partidária. Isso não prejudica o Partido; ao contrário, causa-lhe certo proveito. Se as decisões partidárias forem justas, os comunistas mantêm suas opiniões e que procuram a verdade, no final das contas reconhecerão com toda a alma a compreensão da justiça do Partido, admitindo seus erros. Se, em última instância provar-se que a verdade pertence à minoria, a salvaguarda do referido direito da minoria permitirá ao Partido reconhecer mais facilmente a verdade». (Folheto em francês, edição chinesa, intitulada «Estatuto do Partido Comunista Chinês — Informe sobre as modificações no Estatuto do Partido», por Teng Siao-ping, págs. 101-102).

Penso que agora o próprio cam. HCS reconhecerá que não deturpei o pensamento dos camaradas chineses, senão que o reproduzi fielmente, sem aspas e de memória, no artigo que ele combate. Deve-se levar em conta ainda que reivindiquei essa ampliação de direitos para a maioria, alegando o fato de que nosso congresso dispõe da faculdade de decretar por uma maioria, digamos, de apenas 3 sobre 2, verdades imutáveis pelo prazo de três anos. Os chineses trataram de

sanar essa anomalia com a introdução no estatuto de uma modificação radical: transformar em sistema de representação permanente sistema até certo ponto idêntico ao sistema de Assembléas de representantes do povo de todos os graus, o Congresso Nacional do Partido e os congressos provinciais e distritais do Partido. — As sessões dos congressos dos graus acima mencionados são convocadas uma vez por ano» (Teng Siao-ping folheto citado, pag. 79).

Por fim, entrando no terceiro grupo, HCS acusa-me de defender «a existência da minoria como se ela já existisse organizada» e eu «participasse dela». Essa suspeita lhe advém do fato de eu dizer que tal problema é de «imensa atualidade e significação». Depois, com um pé atrás, fitando-me de esguelha, escreve: «Dá a impressão que não defendeste tua opinião sobre a minoria de forma clara e aberta, deixando a quantos leram teu artigo sem saber quais os objetivos que tens ao defender a existência da minoria».

Isso revela o quanto HCS ainda está impregnado de subjetivismo e de desconfiança em seus próprios companheiros. Em vez de partir da realidade, dos fatos, da vida, não — remexe as entrelinhas de meu artigo, revira pelo avesso as palavras «imensa atualidade e significação», busca no dicionário seus diferentes sentidos, examina-as à luz dos Ralos X tentando compensar com o levantamento de uma suspeita sua falta de argumentos para combater uma questão de tanta relevância. Creia sinceramente que a esta altura dos acontecimentos os que pensamos assim, os que lutamos pelo novo curso somos já maioria; se não o somos hoje, se-lo-emos com toda a certeza, amanhã. Ao reclamar a ampliação dos direitos da minoria, tenho como objetivo principal a verdade; como objetivos paralelos a liberdade e a justiça. Para que os da minoria possam continuar a defender suas velhas posições, seus velhos pontos de vista até que nos convençam de sua justiça ou se convençam eles mesmos de que estão errados e para que, entretanto, ninguém da maioria pratique a injustiça de qualificar de fracionistas inimigos do povo nem de punir os por isso.

G. Z. PENNA

A reunião plenária do CZ da Penna, com a participação de mais nove camaradas, secretários de CCDD e COBB, respectivamente, realizado a 25 de novembro de 1956, resolve por unanimidade enviar um voto de solidariedade e apoio ao CC do PCB pelo seu esforço autocrítico demonstrado através do Projeto de Resolução, cuja discussão acabamos de encerrar.

NOS ÚLTIMOS dias de novembro de 1956 reuniu-se o Comitê Regional do Vale do Rio Doce, com a ausência de dois de seus membros e a presença de todos os candidatos a membros e elevado número de convidados, a fim de ler, debater e dar sua opinião ao "PROJETO DE RESOLUÇÃO DO C.C. SOBRE OS ENSEINAMENTOS DO XX CONGRESSO DO P.C.U.S., O CULTO À PERSONALIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS, A ATIVIDADE E AS TAREFAS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL".

O debate transcorreu livre e franco. Ao final, adotamos, como nossa opinião coletiva, o seguinte:

I - Saudamos o nosso Comitê Central pela convocação do V CONGRESSO e pela abertura dos debates públicos e democráticos em todo o Partido sobre o seu Projeto de Resolução, embora o atraso da discussão seja realmente injustificável e só o futuro poderá revelar-nos, com clareza, os prejuízos disto decorrentes.

II - Saudamos entusiasticamente a carta justa e corajosa do nosso camarada Prestes sobre a forma que deverá ter um debate de comunistas. Todos ficamos acordados em que, se o debate é livre, democrático, responsável e público, é claro que ele está sujeito à limitações naturais. Queremos ignorar tais limites é idealismo, na melhor das hipóteses. Num debate como o que agora travamos, perseguimos um objetivo: — aperfeiçoar o Partido para melhor servir ao nosso povo. A este objetivo não conduzem os ataques ao internacionalismo proletário, à teoria inventível do proletariado revolucionário que é o marxismo e, muito menos, os ataques ao Partido que tem levado alguns articulistas a esposar teses liquidacionistas e violar os segredos do Partido. Sendo assim, desde o início dos debates deveria estar funcionando uma Comissão responsável, por cujas mãos passaríamos todos os artigos a serem publicados. A rejeição de qualquer artigo seria comunicada ao seu autor. Assim evitaríamos a situação a que chegamos, em que até um inimigo, escondido atrás de um pseudônimo, pode escrever e ver publicadas nos jornais do povo as piores mistérias contra a luta emancipadora dos brasileiros.

III - Procuraremos agora, com as limitações da nossa capacidade e à luz dos ensinamentos do XX Congresso, analisar a influência do culto à personalidade sobre o nosso Partido e suas atividades. Diz o Projeto de Resolução do Comitê Central:

"COMBATENDO COM FIRMEZA AS MANIFESTAÇÕES E TENDÊNCIAS ESTRANHAS À IDEOLOGIA DO PROLETARIADO. DEVEMOS CONCENTRAR O FOGO NO SECTARISMO E NO SUBJETIVISMO, QUE SÃO ATUALMENTE AS TENDÊNCIAS MAIS PREJUDICIAIS À ATIVIDADE DE NOSSO PARTIDO".

Estamos plenamente de acordo com na vida e nas atividades do nosso Partido existem sinais marcantes da influência do subjetivismo. Ahamos também que a influência do culto à personalidade entre nós se manifesta, principalmente, sob a forma de subjetivismo dogmático, ou seja, a transplantação mecânica de experiências e fórmulas dos Partidos Comunistas irmãos, especialmente do P.C.U.S. Mas, a raiz do dogmatismo entre nós, não é apenas a tendência de fazer do marxismo-leninismo um feixe de fórmulas feitas e acabadas, verdadeiro formulário de receitas para que a sociedade brasileira chegue ao socialismo. A raiz está, também, nas incompreensões sobre as relações mútuas entre o Partido e as massas. Estamos de pleno acordo com o Projeto de Resolução quando critica a tendência, bem viva entre nós, de tutelar as massas. Mas, no próprio Projeto de Resolução está dito, logo a seguir: "O DEVER DO PARTIDO COMO SERVIDOR DAS MASSAS, E PERSUADI-LAS, MOBILIZÁ-LAS, UNI-LAS E TUDO FAZER PARA BEM DIRIGIR SUAS LUTAS". Ora, a idéia que este trecho encerra é, exatamente, a compreensão do Partido como tutor das massas. Estamos, portanto, muito longe da compreensão do Partido como mestre e discípulo das massas, pela qual devemos "COLHER ENTRE AS MASSAS E LEVAR AS MASSAS", como dizem os camaradas chineses em sua famosa "LINHA DE MASSAS" que constitui magistral aplicação da científica teoria marxista do conhecimento à política de um Partido revolucionário.

Vejam o exemplo da luta pela reforma agrária entre nós: — Estamos convencidos de que ao lançar a palavra de ordem de luta pela reforma agrária, o nosso Partido soube inspirar-se nos sentimentos dos milhões de camponeses sem terra de nosso Brasil. Mas, ao mesmo tempo indicamos, em nosso Programa, o caminho do conflito da terra dos latifundiários. Resultado: a luta pela reforma agrária se desenvolve, as massas fizeram sua a nossa palavra de ordem, porém, nem falam em conflito da terra dos latifundiários, porque sentem muito avançado este meio que indicamos, como também sentem que assim estamos mobilizando, contra o movimento, todos os latifundiários, sem nem mesmo estabelecer uma diferenciação entre eles.

Frete a isto, que devemos fazer? Fletis ao princípio de que o conhecimento é fruto da atividade prática e que se aperfeiçoam com ela, devemos receber com alegria este ensinamento das massas camponesas, estudá-lo, sistematizá-lo e, concluindo pela sua justiça, generalizá-lo em novas e melhores palavras de ordem. E, mesmo aí, o processo não será terminado. Devemos ficar atentos, prontos a corrigir todos os novos erros que a vida, as massas na prática do movimento, for revelando paulatinamente.

Tem sido esta a nossa atitude? E por nós mesmos sabido ser discípulos das massas que, até

RESOLUÇÃO DO COMITÊ REGIONAL DO VALE DO RIO DOCE

hoje, não sabemos também ser seus mestres, indicando qual o caminho brasileiro para o socialismo. Ao invés de pesquisar até ao âmago a sociedade brasileira, suas formas e métodos próprios de desenvolvimento, preferimos ficar decorando fórmulas marxistas aplicadas em outros países bem diferentes do nosso. Se persistirmos neste caminho, deixaremos de ser marxistas e nos transformaremos numa seita cosmopolita enraizada na sociedade brasileira.

Não negamos, e ninguém poderá negar, a necessidade de conhecer e estudar a experiência dos partidos irmãos, especialmente do P.C.U.S. Mas, o que nos faz falta é reduzir essas experiências ao nível da sociedade brasileira, nacionalizá-las. Devido isto, somos de opinião que os acontecimentos estão impondo um estudo retrospectivo das atividades de nosso Partido, a partir de 1930 (por exemplo), quando, procedendo como aquele Partido marxista sério de que nos fala Lênin, deveremos explicar para as massas os nossos erros e falhas. Procurando contribuir:

1 - Por que negamos apoiar e participar do movimento da Aliança Liberal, tendo mesmo o camarada Prestes recusado o comando militar da chamada "Revolução de 1930"? Inspirados por quem e por que tomamos aquela atitude? Como caracterizar hoje, à luz dos novos acontecimentos e da perspectiva histórica, o movimento de 1930? Os camaradas mais antigos muito poderiam ajudar se escrevessem para o debate público dando suas opiniões.

2 - O movimento de 1935 está a merecer um estudo mais detido e mais profundo, em que sejam caracterizadas as influências do subjetivismo em seu preparo e na eclosão da insurreição. Julgamos simplista caracterizar que o erro em 1935 foi não estar à altura de pegar em armas. Por que a Aliança Nacional Libertadora, constituindo um pujante movimento de massas, conforme nos mostram todos os documentos da época, teve seu coroamento numa insurreição relativamente débil?

3 - Mais recentemente, temos o episódio da palavra de ordem de "Renúncia de Dutra". Sendo mais do nosso tempo, podemos dar, desde já, nossa opinião resumida: — Aquela palavra de ordem foi fruto do direito em que vínhamos na legalidade (ilusão de classe, política de concessões, apertar o cinto, etc.), com o desespero esquerdista pelo fechamento do Partido que nos lançou na ilegalidade. Foi mais uma manifestação do empirismo que medrou entre nós durante a legalidade.

4 - Já durante a campanha de defesa do petróleo, é o dogmatismo que nos leva a vacilar entre a fórmula do monopólio estatal e a de empresa privada com capitais nacionais, quando era evidente que as massas manifestavam mais receptividade para a fórmula do monopólio estatal que acabamos por apoiar.

5 - Em 1950, quando da campanha eleitoral que levou Getúlio Vargas ao poder, mandamos votar em branco. Hoje, torna-se evidente o erro que cometemos, fruto da nossa visão obliterada pelo dogmatismo. Devido esta nossa posição, cometemos, logo a seguir, novos e graves erros. Ao analisar o Governo Vargas, atribuíamos-lhe uma homogeneidade que estava longe de possuir. Para nós, o Governo Vargas era um governo de latifundiários e grandes capitalistas à serviço do imperialismo norte-americano. Não enxergávamos, não valorizávamos e não sabemos apoiar a resistência do Gen. Estillac Leal ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o mesmo acontecendo quando o sr. João Goulart foi demitido do Ministério do Trabalho por exigências das forças reacionárias de dentro e de fora do Governo. Como consequência natural dessas posições, fomos pouco claros e firmes quando do golpe de 24 de agosto, contribuindo, na prática, para encorajar os golpistas em sua empreitada sinistra. Embora tardiamente, corrigimos nossa posição, impedindo que todos os objetivos golpistas fossem atingidos e selando nossa unidade com as massas getulistas. Em nossa Região, por exemplo, ainda chegamos a ser acusados de nos servirmos demasiadamente da Carta Testamento de Vargas.

6 - Devido a tudo isto e à nossa posição frente ao governo de Juscelino, que julgamos acertada no fundamental, não podemos deixar de concluir que o Programa está longe de ser um documento científico — inspirado nos princípios marxistas-leninistas aplicados à realidade brasileira. Hoje, torna-se claro para nós que o Programa está evadido de subjetivismo e é profundamente sectário. Suas 11 Teses, constituem, muitas delas, mais um desejo nosso do que a realidade brasileira e a solução justa para a luta pela libertação nacional e social do nosso povo. A estratégia da revolução brasileira nela consagrada, é subjetiva e mesmo especulativa, chegando a formular verdadeiras profecias, o que é incompatível com o marxismo. Por exemplo: afirmamos que as classes dominantes não cederão o poder sem luta;

por isso acrescentamos que só existe o caminho da luta revolucionária pela derrubada do atual governo. Ora, camaradas, que as classes dominantes resistirão, não podemos ter dúvidas. Mas, afirmar ou deixar subentendido que elas resistirão com unhas e dentes, ou seja, com armas nas mãos, isto é analisar parado, isto é não ser dialético, é entrar no terreno das hipóteses. E, pior ainda: decidir, na base de uma hipótese, que o "ÚNICO CAMINHO" será o da luta revolucionária pela derrubada do governo, até dá a impressão que somos idealistas e não materialistas, que a realidade é o que está em nossas cabeças e não o que existe fora e independente de nós.

Nesta questão do caminho que trilharíamos para a democracia e o socialismo, seria mais justo que indicássemos com clareza o caminho que mais consulta aos interesses de nosso povo, e que está mais de acordo com a tradição do desenvolvimento social e político da sociedade brasileira e com a nova correlação mundial das forças sociais, ou seja, o caminho do desenvolvimento pacífico, deixando, porém, bem claro, que se o inimigo interno e externo, no afã de defender seus caducos privilégios, impuser-nos a guerra civil, não teremos e não poderemos recusar também esta alternativa.

VI - SOBRE A INFLUÊNCIA DO CULTO À PERSONALIDADE EM NOSSA POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO:

Depois de caracterizar as graves infrações à democracia interna e ao princípio da direção coletiva, o Projeto de Resolução do C.C. afirma:

"A ANOMALIA EXISTENTE NOS ÓRGÃOS SUPERIORES DO PARTIDO PROJETA-SE, COM MAIOR OU MENOR INTENSIDADE, NA VIDA DE TODOS OS ORGANISMOS INTERMEDIÁRIOS E DAÍ PARA AS ORGANIZAÇÕES DE BASE, CUJA ATIVIDADE POLÍTICA ERA SUFOCADA EM CONSEQUÊNCIA DESSES MÉTODOS".

Essas afirmativas são a expressão da verdade, caracterizam bem a situação reinante em nosso Comitê Regional. Vejamos:

1 - DEMOCRACIA INTERNA E DIREÇÃO COLETIVA: São duas coisas intimamente ligadas. Faltando uma, a outra fica seriamente prejudicada. Em nossa Região o Partido era dirigido mais pelo Secretariado do que pelo Comitê Regional e, dentro do Secretariado, prevalecia quase sempre a opinião do 1º Secretário. Temos casos de críticas violentas e intempestivas, embora isto tenha sido energeticamente combatido, não existindo um só caso de camaradas que tenham deixado o Partido. Embora devamos constatar exemplos claros de iniciativas criadoras de camaradas e Organizações de Base, é justo dizer que predominava o clima de impedir a luta de opiniões, criando obstáculos ao pleno florescimento da liberdade de iniciativa. Devido as características específicas da Região e do Partido que aqui possuímos, ainda não podemos assinalar elementos de burocratismo em nosso funcionamento e nos métodos de direção empregados.

2 - POLÍTICA DE QUADROS: No trato com os quadros empregamos mais a imposição do que a persuasão e aí está a causa da imperfeição na execução de muitas de nossas tarefas. Temos cuidado relativamente pouco da educação dos quadros e aí está a causa de possuímos bons tarefeiros, mas que não se orientam bem frente às dificuldades que o movimento suscita. As imposições das características específicas do Partido e da Região, têm nos obrigado a adotar como critério da promoção dos quadros, o seu trabalho, capacidade e qualidades morais, embora sejamos levados à atitudes idealistas em relação à última questão. Julgamos necessário que seja dado um critério novo aos métodos empregados para educação dos quadros. Estamos de acordo que seja estudada a maneira de garantir-se o direito da minoria de manter e defender suas opiniões, o debate público das questões teóricas e políticas, a liberdade de criação dos intelectuais comunistas, sabendo encontrar, conforme diz o Projeto de Resolução, "...dentro das condições de clandestinidade em que estamos obrigados a atuar, a justa relação entre a democracia e o centralismo, entre a liberdade e a disciplina".

As características dos erros e falhas de nossa política de organização, são de molde a exigir a mais atenta vigilância ideológica em nossas fileiras, pois estávamos convencidos de que agíamos acertadamente. Trata-se, portanto, de uma questão de reeducação, quando deveremos abandonar princípios errôneos arraigados em nós por convicções teóricas e na prática de anos e anos de atividades. O mandonismo das direções e dirigentes mais categorizados, era confundido com capacidade de comando. O nível ideológico era quase uma questão de fé. Por isso é que achamos que o debate público atual é o primeiro passo e importante, da luta ideológica que travamos, como também o V Congresso será sua etapa decisiva.

V - SOBRE OS ESTATUTOS E A ESTRUTURA DO PARTIDO: É justa lamentação do Projeto de Resolução, não tocar na necessidade de revisão e modificações em nossos Estatutos. Será baldado querer "...elevar a um novo nível a democracia na vida do Partido", conforme assinala muito justamente o Projeto de Resolução, sem introduzir modificações profundas em nossa lei interna básica. Ora, por melhor que sejam os Estatutos do P.C.U.S., eles sempre serão bons para o P.C.U.S. e não para outro Partido, que está obrigado a refletir as características de seu próprio povo. Sabemos que os nossos Estatutos atuais chegam a copiar exageradamente os Estatutos do P.C.U.S. É evidente, portanto, a necessidade de modificá-los, adaptando-os ao espírito da época e às características brasileiras. O Comitê Central deveria elaborar um projeto para ser debatido amplamente no Partido no processo da realização do V Congresso. Não achamos justo modificar a estrutura que o IV Congresso deu ao Partido. A existência de imperfeições deve merecer estudo, mas, isto não significa ir ao ponto de condenar todo o sistema adotado. No nosso caso específico, achamos que vem dando resultados positivos a estrutura atual. Poderíamos chegar até a adotar formas de estrutura especiais para certos Estados, a fim de garantir a homogeneidade das atividades partidárias. Contudo, achamos que o Comitê Central precisa adaptar-se à nova estrutura, tanto em número de membros como em métodos de trabalho de direção, ao invés de ficar enxergando pelos óculos do tempo dos Comitês Estaduais.

Agora uma pequena questão é muito aguda entre nós, devido às características da Região: Por que não permitiu a estruturação de O.B. de setor, naquelas categorias profissionais em que é orçaticamente impossível. O.O.B.B. nas empresas?

V - SOBRE AS NOSSAS TAREFAS ATUAIS:

Estamos de acordo com os 3 pontos que devem constituir os objetivos comuns das forças patrióticas e democráticas e com a indicação justa para as nossas atividades, quando diz o Projeto de Resolução:

"Em cada Estado, território e município, é indispensável que as organizações do Partido estudem concretamente a disposição das forças políticas e a composição do governo locais, a fim de que possam traçar sua conduta política e realizar entendimentos e acordos segundo a orientação do Partido".

O conhecimento que temos da realidade de nossa Região, ainda é pouco vasto e profundo. É necessário que os organismos do Partido em cada local, preocupem-se com a coleta de dados, limitando às publicações existentes mas não se limitando entre as massas também, auscultando-as quanto seus sentimentos, sua opinião, a fim de que possamos ser um Partido que reflita o modo de ser, de pensar e a consciência de luta do povo do Vale do Rio Doce. Não devemos temer entendimentos em torno de questões concretas, tendo sempre em vista que o fundamental é estabelecer a unidade das forças democráticas e patrióticas ainda dispersas. O elan de progresso e industrialização que atravessamos, faz nascer questões interessantes em muitos municípios que reivindicam instalação de indústrias, reforço do potencial elétrico, etc., possibilitando-nos unificar a maioria esmagadora da população em pujantes movimentos de massas.

A campanha da reforma agrária cresce e se desenvolve. Devemos saber apoiá-la com novos métodos e nova compreensão à altura da etapa também nova desse movimento, contribuindo, principalmente, para organizar a massa camponesa cada vez melhor.

Já temos elementos importantes da aliança operário camponesa. Devemos aperfeiçoá-los.

Nesta questão de nossas atividades, enfim, o que devemos fazer é aplicar de maneira criadora as diretrizes contidas no Projeto de Resolução, sempre atento aos sentimentos das massas, principalmente de suas organizações.

CONCLUSÃO

1 - Que todo o Partido estude, de um ponto de vista crítico novo, o Programa, sem temer dar suas opiniões no atual debate público.

2 - O mesmo devemos fazer em relação aos Estatutos.

3 - Vigilância ideológica sempre alerta, a fim de que possamos elevar o clima de democracia em nossas fileiras, praticando, realmente, a direção coletiva.

4 - Que o debate nos organismos do Partido em torno das questões levantadas no Projeto de Resolução do C.C. continue vivo e intenso, franco e cada vez mais profundo.

5 - Não podemos e nem devemos parar para discutir. Sabemos aliar a discussão às atividades diárias. Assim aprenderemos mais. Assim progrediremos mais. Nossa discussão não é um coro de lamentações e sim um processo marxista-leninista de aperfeiçoamento do Partido e de suas atividades, a fim de que avance, sem cessar, a luta pela emancipação nacional e social de nosso povo. Para isto, devemos elaborar planos concretos em cada organismo, imediatamente.

6 - O V Congresso será o coroamento desse debate fecundo. Com a sua realização, elevaremos a um novo nível a unidade inquebrantável de nossas fileiras em torno do Comitê Central.

Vale do Rio Doce, novembro de 1956

O Desenvolvimento Econômico do Brasil e o Imperialismo

LUÍS CÂMARA

O Programa do Partido afirma que os imperialistas norte-americanos dominam o Brasil e que, em íntima ligação com os latifundiários e grandes capitalistas brasileiros, seus sustentáculos internos, utilizando o governo como instrumento, levam o Brasil a transformar-se rapidamente em colônia norte-americana e condenam o povo brasileiro à miséria e à escravidão e a nação ao estancamento, ao atraso recente e à decomposição.

Muitas dessas teses, que afirmávamos serem resultado da aplicação criadora do marxismo à realidade brasileira, a vida encarregou-se de refutar e hoje é difícil defendê-las. Algumas dessas teses que servem de base para o Programa, porém, são justas e devem ser ressaltadas. Assim por exemplo, a tese de que são os imperialistas norte-americanos, entre todos os imperialistas, os que detêm em suas mãos as mais importantes posições econômicas e políticas no Brasil; a tese de que o sentido da política norte-americana no Brasil é nitidamente colonizador e, portanto, contrário aos interesses da maioria de nosso povo; ou a tese de que é na política de sentido colonizador que vamos encontrar uma das causas fundamentais que impedem o nosso povo de sair rapidamente da terrível situação de miséria em que se encontra a melhorar suas condições de vida.

Essas teses justas serviram de base ao grande trabalho de esclarecimento popular que nós comunistas desenvolvemos nestes dois últimos anos, trabalho com o qual demos uma contribuição decisiva à formação da consciência anti-imperialista de nosso povo.

Essas teses estão, creio, entre o que há de melhor na fundamentação do Programa, que desempenhou um papel extremamente positivo em nossa vida política — não é possível negá-lo. No resto, temos que rever o Programa, com mais modéstia, sem encher a boca de «científico», «marxismo criador» e outras afirmações com as quais impedimos a crítica ao Programa (eu mesmo cansei-me de repeti-las). Para a revisão do Programa, quero contribuir com as seguintes teses entre outras:

1) O Brasil não está parado nem se atrasando e decompondo mas, ao contrário, progredindo em ritmo intenso (relativamente). O sentido «espontâneo» do progresso é na direção do capitalismo e se exprime principalmente no crescimento da produção industrial (aqui devemos frisar, para evitar confusões, que, o Brasil já é um país capitalista e não um país em marcha para o capitalismo, como há quem afirme);

2) Os imperialistas (norte-americanos, ingleses, canadenses, alemães, franceses, italianos, japoneses e outros) participam com parte considerável no crescimento da produção industrial do Brasil, procurando elevar a parte do leão nos resultados — o que é próprio do imperialismo. Parece-me que a maior parte do crescimento, porém, dá-se por inversões de capitais nacionais.

O Comitê Regional da Bahia do Partido Comunista do Brasil, após discutir a carta de Luiz Carlos Prestes ao Comitê Central sobre o debate político e a orientação traçada à base deste documento pelo C.C., resolve dirigir-se a todos os membros e amigos do Partido na Região, convidando-os a participar ativamente da discussão que ora se trava em todo o país sobre os ensinamentos do XX Congresso do P.C.U.S., o culto à personalidade e suas consequências e a atividade e tarefas do P.C.B.

Sem dúvida, estamos ainda atrasados. Embora iniciado há mais de 2 meses, o debate público através da imprensa, e interno, através das reuniões partidárias, ainda não atingiu senão setores do Partido. Por isto não podemos emitir opinião definitiva sobre o Projeto de Resolução do C.C., quando desconhecemos a opinião que, sobre este documento, tem a maioria do Partido em nossa Região. Assumimos a responsabilidade por este atraso, que decorre, entre outras causas, do caráter espontaneísta com que vêm atuando as direções partidárias, da falta de hábito de discutir por parte da massa de militantes, ao lado de incompreensões que têm surgido sobre o próprio debate e sua importância. Consideramos que o caráter anárquico apresentado pelo desenvolvimento do debate em seu início e o fato de estarem sendo veiculadas concepções contrárias à teoria marxista-leninista e ao próprio Partido, não representam motivo para condenarmos o debate ou para colocarmos entraves à sua realização; pelo contrário, implicam na obrigação dos militantes mais responsáveis dele participarem. Nenhum dos sérios problemas que temos agora a enfrentar poderá ser solucionado senão através da mais ampla discussão. É fácil de compreender os resultados favoráveis que alcançaremos se todos os comunistas contribuírem com a sua experiência e seu conhecimento da realidade viva para a elaboração de uma política correta face a mais diversos problemas.

Em consequência, o Comitê Regional da Bahia recebe

Resolução do Comitê Regional da Bahia

ce aos membros do Partido o direito de livre manifestação de suas opiniões nas reuniões partidárias e através da imprensa, com responsabilidade individual pelos conceitos emitidos, salvaguardada a segurança do Partido. Levemos ao debate nossas opiniões sobre todas as questões desde aquelas de âmbito nacional — programáticas, táticas e organizativas — apresentadas no Projeto de Resolução do C.C., até a forma como elas têm sido solucionadas em nossa Região; como se manifestaram entre nós as consequências do culto à personalidade — o mandonismo, a direção individual, o sticamento da crítica de base e das iniciativas dos militantes — e como tais manifestações se fundem com o liberalismo tantas vezes apontado em nossas fileiras; os problemas da estrutura do Partido à luz da realidade local; nossos métodos de trabalho com as massas, nossa política de frente única, abrangendo as posições frente aos governos estadual e municipais e aos demais partidos políticos, inclusive o que houve de positivo ou de negativo no desenvolvimento da frente única iniciada à base da campanha eleitoral de 1954; tudo o qual deve ser discutido, sem qualquer limitação em relação aos assuntos em debate, nem julgando-se quem quer que seja intocável em relação à crítica. Um tal debate, conduzido no terreno da defesa dos princípios do Partido, do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, com profundo espírito crítico e autocrítico, só poderá nos conduzir a novos e maiores êxitos.

Simultaneamente, consideramos dever de todos os militantes salvaguardar o centralismo democrático, princípio diretor da estrutura do Partido. Em vista disso, julgamos vital a preservação da unidade das fileiras do Partido fortalecendo-a não através da

3) A participação dos imperialistas norte-americanos é muito maior do que a dos outros, e tem mesmo grande preponderância, mas não é tanta que possamos dizer que nosso país está sendo reduzido à condição de colônia norte-americana. Além disso como decorrência da atual situação mundial, a luta entre os imperialistas de vários países pelo mercado brasileiro se aguçou e a preponderância norte-americana pode tender a diminuir.

4) A burguesia brasileira aproveita-se do acirramento das contradições interimperialistas e procura jogar com elas para reforçar sua posição no país. O governo de Vargas, embora exprimindo interesses contraditórios, em boa medida exprime essa tendência e o mesmo acontece com o governo de Kubitschek.

Passarei agora a tentar fundamentar cada uma dessas teses, pedindo antecipadamente desculpas à imprensa porque à fundamentação não pode deixar de ser longa e aos camaradas pela quantidade de dados que sou obrigado a utilizar.

1 — O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA

Todos os economistas burgueses falam diariamente pela imprensa e pelos livros no crescimento da produção industrial brasileira e saudam-na com entusiasmo; alguns representantes mais retrógrados do latifúndio semifeudal lamentam esse desenvolvimento (a exemplo do Deputado Israel Pinheiro, Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e da Comissão Urbanizadora da nova Capital Federal, Brasília, e latifundiário, que chega a protestar contra a industrialização a todo custo «em concorrência com outras nações supercapitalizadas e desenvolvidas», contra a inversão preferencial de capitais na indústria com desprezo pela agricultura, causa, afirma ele, de toda a crise econômica do Brasil). Só nós, comunistas, imbuídos do mais profundo dogmatismo, afirmávamos o «atraso crescente» do Brasil.

Vejam alguns dados que exprimem esse desenvolvimento:

De 1939 a 1946 registrou-se um aumento de 55% no volume físico da produção industrial brasileira, e de 1946 a 1955 esse aumento foi de 74%. Para compreendermos melhor o que isso significa, comparemos o avanço da produção industrial no Brasil e em outros países capitalistas: entre 1948 e 1955 a taxa média de crescimento do volume físico da produção industrial foi a seguinte:

dos é um imperativo da preservação da soberania nacional e dos anseios da paz do povo brasileiro.

A grave situação econômica e financeira do Estado realça a urgência da ampliação dos mercados para os nossos produtos de exportação, a exemplo do cacau, bem como o estímulo às medidas de expansão do crédito à lavoura e demais atividades produtivas. Além disso, os recentes pronunciamentos do governo Estadual mostram a oportunidade da realização de uma ampla campanha pela encampação da empresa norte-americana C.E.E.B. — entre ao desenvolvimento econômico do Estado.

Todos os organismos devem iniciar entendimentos com demais partidos e forças políticas e com todas as correntes democráticas para a atuação conjunta, visando a solução dos problemas gerais e locais, tendo, inclusive, e desde já, a perspectiva da próxima campanha eleitoral.

O máximo apoio deve ser dado à imprensa democrática, porta-voz das mais sentidas aspirações de nosso povo.

Enfim, que não haja nenhum militante fora de uma organização de massas, que o Partido participe das lutas pela solução de todo e qualquer problema de interesse do povo. Atuando com espírito unânime nas organizações de massas do proletariado, do campesinato, das diversas classes e camadas da população, estreitando incansavelmente nossas ligações com as massas, impulsionaremos rapidamente a formação da frente única de todos os interesses na solução progressista dos problemas nacionais e locais, avançaremos no sentido do reforçamento do Partido e de seu prestígio no seio da classe operária e do povo da Bahia.

Bahia, Dezembro de 1956. O COMITÊ REGIONAL DA BAHIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

Fonte: Petrobrás — Relatório de 1955.

Tabela nº 1

Argentina	10%
Canadá	35%
México	42%
Estados Unidos	46%
Índia	48%
Brasil (*)	61%

(Dados de Lidio Lunardi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, em «Correio da Manhã», 2-12-56). (*) De acordo com «Conjuntura Econômica», não são 63 mas sim 63 (v. tabela nº 4).

Outros dados sobre o crescimento industrial entre 1940 e 1950 são os seguintes:

Tabela nº 2

Discriminação	Em 1940	Em 1950	Variação %
Número de estabelecimentos	49.418	89.086	+80,3
Número de operários	781.185	1.256.807	+60,3
Força motriz (em C. Vapor)	1.186.358	2.667.017	+124,8
Valor da produção (milhões de Cr\$)	17.479	116.747	+567,9

Como o valor da produção não é suficientemente expressivo, pois a moeda desvalorizou-se bastante nesse período, vejamos duas tabelas com índices de crescimento do volume físico da produção:

Tabela nº 3 — Produção Industrial 1939/1950 — Principais Ramos

Ramos de Indústrias	Índices da Prod. (vol. físico)		
	1939	1950	Variação %
Indústrias têxteis	100	175	+75
I. de calçados	100	170	+70
I. de produtos alimentares ..	100	149	+49
I. de bebidas e estimulantes ..	100	215	+115
I. de óleos e graxas vegetais	100	190	+90
I. de borracha	100	902	+802
I. de papel	100	222	+122

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Tabela nº 4 — Bens de Produção e Bens de Consumo (volume físico da produção)

Ramos de indústrias	Índices		
	1948	1955	Variação %
Bens de produção	100	198(*)	98
Extrativa mineral	100	142	42
Cimento (*)	100	234	134
Vidro e cerâmica	100	192	92
Siderurgia	100	233	133
Papel	100	168(*)	68
Borracha	100	199	99
Bens de consumo	100	156(*)	56
Produtos farmacêuticos	100	131(***)	31
Têxtil	100	151	51
Calçados	100	147	47
Produtos alimentares	100	157	57
Bebidas	100	175	75
Fumo	100	224(*)	124
Produção global	100	163	63

Fonte: Fundação Getúlio Vargas — «Conjuntura Econômica», setembro de 1956.

(*) — Dados provisórios
(**) — O Brasil atingiu a auto-suficiência na produção de cimento, em 1956 e deve passar à condição de país exportador.

(***) — A produção da indústria farmacêutica teve pequena queda em 1955. Em 1954 ela havia atingido o índice 158 (1948 = 100).

As tabelas números 3 e 4, além de mostrar o desenvolvimento de alguns ramos da indústria dão também certa indicação sobre a tendência de maior preocupação com a indústria básica.

Deixamos fora dessas tabelas os dados sobre o petróleo e seus derivados, porque só nos últimos anos começou a sua produção e refinação no Brasil. Vejamos esses dados:

Tabela nº 5 — Consumo do petróleo e seus derivados (expresso tudo em petróleo)

Anos	Índices da produção global brasileira — A —	Índices do consumo total de petróleo — B —	Relação A/B
1948	100	100	1,00
1950	111	145	1,31
1952	124	200	1,61
1954	138	255	1,85
1955	145	285	1,99

Fonte: Petrobrás — Relatório de 1955.
(CONTINUA NA 9ª PAGINA)

(CONCLUSÃO DA 8ª PÁGINA)

Vemos assim que, apesar do aumento global da produção entre 1948 e 1955, em 1955 cada unidade de produção empregou o dobro da quantidade de petróleo empregada em 1948. Outro dado importante é o da proporção em que são empregados os diversos derivados, à que um maior emprego de gasolina representa maior circulação de automóveis, mas o de óleo combustível (fuel oil), representa maior consumo pela indústria e, portanto, desenvolvimento industrial, já que a indústria utiliza uns 2/3 do total de óleo combustível consumido. Vejamos essa proporção:

Tabela n.º 6

Ano	Gasolina	Óleo Combustível
1948	38,5% do total	33% do total
1955	34,5% do total	37% do total

Fonte: Petrobrás

O aumento anual do consumo de óleo combustível foi, de 1948 a 1953, de 15,5% por ano em média, em 1954 de 25%, e em 1955 de 22%, sendo que destes, 8% foram aumento de consumo industrial, sendo os outros 14% empre-

O Desenvolvimento Econômico do Brasil e o Imperialismo

dados no funcionamento das Usinas termoeletricas de Piratininga e Carloba.

Vejamos ainda o resultado da produção brasileira de indústria petrolífera em 1955:

TABELA N.º 7

Consumo (por dia de calendário)	182.000 barris diários
Produção de óleo cru (por dia de calendário)	5.539 barris diários
Refinado no Brasil (petróleo nacional e estrangeiro)	70.574 barris diários

FONTE: Petrobrás.

Essa produção, que está apenas em início (a Refinaria de Cubatão iniciou o processamento do óleo bruto em 30-1-55; a Refinaria de Mataripe deve aumentar a sua capacidade de refinação de 5.000 para 37.000 barris diários; a Petrobrás perfura no Sul, na Bahia, no Nordeste, na Amazônia, inicia pesquisas em vários Estados), já proporcionou em 1955 considerável economia de divisas, da ordem de 33 milhões de dólares. Essa produção e refinação permitiram, além disso que, apesar do aumento físico do consumo de petróleo e seus derivados, entre 1954 e 1955, a importação em dólares teve ligeira baixa (260 milhões em 1954, para 254 milhões

Esses dados são claros e mostram que também no setor fundamental do petróleo o Brasil está avançando e as perspectivas são as mais promissoras possíveis, enterrando as teses da propaganda imperialista de que o Brasil não teria petróleo ou, se o tivesse, não teria capacidade para explorá-lo. Com isso, nós comunistas, podemos orgulhar-nos, podemos e continuamos a ser combatentes de primeira linha nesse setor.

Vejamos agora, alguns dados sobre energia elétrica:

TABELA N.º 8 — Evolução da potência instalada e da produção de energia elétrica no período de 1940-1955

ANOS	Potência Instalada (kws.)	Taxa de crescimento quinquenal	Produção estimada (kilowatt-hora)	Taxa de crescimento quinquenal (%)
1940	1.243.877			
1945	1.341.633	7,85%	3.188.356.399	54,13%
1950	1.883.007	40,35%	7.962.338.746	62,01%
1955	3.064.554 (+)	62,74%	14.918.235.000	87,35%

FONTE — Trabalho do General Carlos Berenhauer Jr., diretor da Cia. Hidrelétrica do São Francisco (que utilizou dados do Conselho Nacional de Águas e de Energia Elétrica, dando o crescimento por ano, em «Revista do Clube de Engenharia», n.º 241, setembro de 1956.

(+) Estimativa.

O quadro mostra por si só que a produção de energia elétrica cresce (em 1955 a potência instalada foi de 196,37% maior e a produção foi 367,9% maior do que em 1940), apesar da verdadeira sabotagem das companhias concessionárias estrangeiras, que exigem empréstimos e concessões ainda maiores por cada kilowatt que instalam, sob a pressão dos comerciantes, industriais, consumidores particulares e todos os prejudicados com os racionamentos periódicos. Apesar dessa sabotagem, a produção de energia elétrica no Brasil tem crescido mais do que na maioria dos países, como mostra o quadro abaixo:

TABELA N.º 9 — Produção de energia elétrica

	1950 Bilhões de kWh.	1954 Bilhões de kWh.	Acrescimento entre 1950-1954
Mundo	952,7	1.366,0	42,3%
Estados Unidos	329,0	544,0	65,3%
União Soviética	90,0	147,0	63,3%
Brasil	7,9	13,2	67,1%

FONTE: a mesma da TABELA N.º 8.

EM RESUMO: A produção do Brasil vem crescendo, sendo o aumento de 45% na produção global entre 1948 e 1955 (ver tabela n.º 6), o que dá um aumento médio anual de 6,43%. Apesar de a população brasileira ter um dos maiores índices de crescimento em todo o mundo, aproximando-se dos 3% anuais, fenômeno que tem espantado vários estudiosos dos problemas brasileiros (ver, por exemplo, o Prof. Jacques Lambert, no livro «L. Brasil»), a produção global cresce em ritmo mais elevado, crescendo assim a produção «per capita», índice por excelência do desenvolvimento econômico. Desta produção, é a produção industrial a que cresce em ritmo mais elevado, tendo aumentado de 63% entre 1948 e 1955, no ritmo médio de 9% por ano, nesse período.

É claro que esse crescimento não é uniforme. Seu ritmo aumenta em alguns anos e cai em outros, mas seu sentido é claro: o do desenvolvimento capitalista e não o do atraso e estagnação. Esse crescimento também não é igual para todo o Brasil, mas desigual, maior em alguns Estados do que em outros. A região de São Paulo, Minas Gerais (especialmente a zona metalúrgica), E. do Rio e Distrito Federal, principalmente, é uma das que maior índice de desenvolvimento apresentam em todo o mundo capitalista e justifica de certa forma a expressão do americano Berent Friele, vice-presidente da I.B.E.C. (grupo Rockefeller), de que o desenvolvimento é tão grande que em certos momentos parece explodir.

Finalmente, é necessário ver, e isso procuraremos mostrar em outros artigos, quem ganha com esse desenvolvimento, qual a parte que enriquece os latifundiários e capitalistas, qual a parte que constitui os superlucros dos imperialistas, quais as vantagens desse desenvolvimento para a imensa maioria do povo brasileiro que atravessa uma situação calamitosa e passa fome a maior parte de sua existência, para podermos apreciá-lo em seu justo valor, sem o ufanismo dos economistas burgueses, nem o receio dos latifundiários semifeudais.

O fato inegável é que o desenvolvimento existe e dá base material a posições políticas da burguesia e da pequena burguesia, às vezes, atribuímos exclusivamente ao trabalho do Partido e às teorias e tendências reformistas que têm surgido nos últimos tempos e, nós comunistas, como representantes do proletariado revolucionário, não o podemos continuar ignorando.

Voz dos Leitores

IMPOSSÍVEL DETER A CARESTIA

SEM ELEVAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

RIBEIRÃO PRETO, (SP) -- Escreve o leitor Nazareno Clavatta:

«O problema do alto custo da vida é o que mais aflige os trabalhadores, hoje, no Brasil. Mas é preciso que se diga que, sem melhorar a situação dos trabalhadores rurais, colonos e assalariados agrícolas nada se conseguirá, porque o alimento sai da terra e o homem do campo está ainda acorrentado aos fazendeiros e latifundiários, que não os deixam plantar.

«As terras que estão com os sítios já não produzem satisfatoriamente cereais, devido a que estão esgotadas e as enxurradas veem lavando-as durante os cem ou duzentos anos em que são cultivadas. Além disso as pragas causam grandes estragos e obrigam a muitas despesas, sem que aumente a produção. É uma necessidade que a agronomia nacional estude uma solução para o problema das pragas das plantas.

EXEMPLOS

«Vejamos um exemplo. Um alqueire de terra plantado de arroz produz até 200 sacos, se a terra é boa. Mas

em geral a produção não passa de 30 ou 40 sacos e às vezes é muito pequena a produção de grãos. A causa disso é o esgotamento da terra, inclusive pelas enxurradas que, quando o terreno não é plano, arrastam o adubo natural. O cereal plantado no terreno plano produz muito mais.

«Outro exemplo: Um alqueire (24.200m²) de milho, com 4 a 5 pés por metro, deve produzir de 96.000 a 121.000 espigas ou, até 200.000 espigas. Isso quer dizer que um alqueire pode dar até 33 carros (um carro 6 mil espigas). Mas acontece que a produção de milho é, em geral, de 5 a 10 carros por alqueire. Isso ocorre

porque a terra está arruinada e faltam meios técnicos que elevem a produção.

«Com a produção do feijão acontece a mesma coisa. A produtividade da terra é muito baixa, pelos mesmos motivos. Então não adianta gritar contra a carestia sem lutar para elevar a produção agrícola. Para isso é preciso ajudar os colonos, trabalhadores agrícolas e os produtores rurais. O Pacto de Unidade Intersindical de S. Paulo precisa lutar por isso e colocar em primeiro plano os colonos e assalariados dos agrícolas, que também estão em dificuldades, porque a carestia vem aumentando e os fazendeiros nem querem pagar o salário-mínimo.



Correspondência de P. de Caldas

POÇOS DE CALDAS (MG) — O cine São Luis aumentou, no último dia 23, os preços de seus ingressos que, atualmente, são os seguintes, para os filmes em tela comum: plateia — \$ 10,00 (antes \$ 8,00); pulman — \$ 12,00 (antes,....

\$ 10,00); meias entradas e estudantes — \$ 5,00 (antes \$ 4,00). Para os filmes em cinemascópio são os seguintes os preços respectivos: \$ 15,00 — \$ 18,00 — \$ 8,00. Antes eram respectivamente \$ 12,00 — \$ 15,00 — \$ 6,00. O cinema exhibe filmes em sua maioria de má qualidade. Nas exhibições de películas em cinemascópio costuma ocorrer que o som não funciona regularmente, permanecendo mudos os altofalantes laterais.

PONTE PERIGOSA

Há tempos um jipe chocou-se com a guarda da ponte que atravessa a Rua Rio Grande do Sul, destruindo-a. A única providência tomada foi a colocação de algumas ripas. Nesta situação o tráfego na ponte, que é intenso, oferece perigo, o que exige urgente providência das autoridades responsáveis.

BALÃO AMERICANO

No dia 17 de dezembro caiu, nas proximidades de Poços de Caldas, mais um gigantesco balão de sondagem norte-americano, contendo inúmeros instrumentos, câmaras fotográficas, etc. O balão ficou alguns dias exposto na Prefeitura.

REDUZIRAM O TRADICIONAL ABONO

ANUALMENTE, às vésperas do Natal, o Moinho da Luz (Rio) pagava a seus operários, a título de abono de Natal, uma gratificação correspondente a 150 horas de trabalho. Isso já era tradicional. Mas, como nos últimos anos os trabalhadores vinham conquistando aumentos de salários, contra a vontade dos diretores e proprietários da empresa, já em 1955 o abono deixou de ser pago integralmente aos mais antigos. Durante o ano de 1956 foram cometidas inúmeras arbitrariedades, mudando-se horários, transferindo-se operários e chegando-se a estabelecer 12 horas de trabalho no Moinho Novo.

Agora, às vésperas do Natal de 1956, os patrões pagaram o abono à base das 150 horas já há muito estabelecidas, mas calculadas de acordo com o salário vigente em 1955 e não com o salário atual, como devia ser. Por esse caminho os patrões irão reduzindo, de ano para ano, o abono de Natal. Os operários estão reclamando o pagamento da diferença, pois a gratificação à base do salário em vigor já é um direito tradicional na empresa.

(Do correspondente da VOZ no Moinho da Luz, DF).



VOTOS DE UM LEITOR

DE JUIZ DE FORA escreve-nos o leitor Joaquim Teixeira Chaves:

«Desejo boas festas de Natal e de ano novo a todos os funcionários da VOZ OPERÁRIA, aos que se destacaram e não pouparam esforços na luta que sustentamos em defesa do povo e dos interesses da Nação. Não tenho dúvida de que nossa causa é justa, porque se baseia na verdade e na razão humana. Esta razão e esta verdade estão no marxismo-leninismo.»

Comunica-nos, ainda, o leitor, que transcorreu, a 3 de Janeiro, seu aniversário natalício. Desejamos-lhe felicidades.

Regulamentação do Arrendamento Rural, Uma Questão Urgente

EXEMPLOS DE SÃO PAULO

DE ACORDO com um estudo da Subdivisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo, havia, no Estado, em 1955, cerca de 215 mil arrendatários, computando-se como tal os adultos que ocupavam tempo integral no trabalho da terra, mediante pagamento de renda. Os parceiros somavam, na época, 225 mil. Possivelmente esses números continuam atuais, uma vez que o natural aumento parece ter sido compensado pelos despejos e a ruína de muitos arrendatários, no último semestre de 1956, em consequência de fatores climáticos e da falta de qualquer ajuda oficial aos agricultores, principalmente em forma de crédito.

Em São Paulo os preços de locação da terra são elevadíssimos. Proprietários chegam a cobrar dos cotonicultores que trabalham em terras arrendadas 40% da produção. Não raro as chuvas, a falta de financiamento e de assistência técnica, a fixação de preços mínimos não compensadores e as manobras das empresas compradoras da produção (especialmente das empresas americanas) fazem com que o arrendatário, depois de trabalhar e passar necessidades durante quase todo o ano agrícola, seja obrigado a entregar ao proprietário da terra a maior parte da colheita. Assim, por fim, que a falta de assistência técnica e financeira, aliada à instabilidade e às condições leoninas da locação da terra (prazos curtos e preços elevados) contribuem para a diminuição crescente da produtividade das lavouras, em prejuízo não somente dos lavradores mas também do conjunto da produção agrícola e da economia nacional.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344
ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte:
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 2,00

SEGUNDO O CENSO AGRÍCOLA DE 1950, VAI A PERTO DE DUZENTOS MIL O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ARRENDADOS — CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO — NECESSÁRIO LEVAR A QUESTÃO AO CONGRESSO NACIONAL

APESAR das tentativas feitas, em várias oportunidades — especialmente pela Comissão Nacional de Política Agrária — até hoje não se regulamentou, no país, o arrendamento rural. Esse é, porém, um problema importantíssimo, que interessa a centenas de milhares de trabalhadores e que exige, portanto, a atenção dos camponeses e de suas organizações, assim como do governo e de todos os interessados na melhoria da situação no campo e no progresso nacional.

O número de arrendatários vem mero, no período abarcado pelos três censos agrícolas (1920-1950), considerável o aumento desse número, apesar da diferença para menos



Diretrizes da Comissão de Política Agrária

ENTRE os problemas que vem estudando a Comissão Nacional de Política Agrária figura o arrendamento rural. Aquela Comissão realizou cuidadoso inquérito a respeito da questão, fazendo um levantamento de muitos dos seus aspectos mais importantes, em todo o território nacional. E, à base desse estudo elaborou um ante-projeto de lei sobre o arrendamento rural, que foi enviado ao então presidente Getúlio Vargas, para que o Executivo o remetesse ao Congresso Nacional. O ante-projeto não chegou, porém, ao Congresso. Atualmente a Comissão, em face das críticas recebidas e dos novos dados conhecidos, trabalha com o fim de aperfeiçoá-lo, de modo a torná-lo base mais segura para a discussão do problema no Parlamento. São as seguintes as principais características do ante-projeto:

1 — Estabelece prazos mínimos para a locação, de 3 e 5 anos, conforme seja a exploração agrícola ou pecuária. Estipula os casos de renovação da locação, restringindo a retomada aos casos em que o proprietário tenha

melhor oferta de renda ou de-seje explorar a terra diretamente ou por seu descendente. Assegura ao locatário a preferência, em igualdade de condições, para renovação do contrato.

2 — Estabelece um teto para o preço das locações. Este teto varia em função do valor tributável da terra, resultando do lançamento do imposto territorial cobrado pelos Estados. Determina os limites de 25% para o pagamento em dinheiro e 35% para o pagamento em produção — limites que, aliás, estão aquém dos preços atualmente cobrados aos arrendatários.

3 — Equipara a renda paga em dinheiro com a renda paga em produção, para os efeitos da lei, o que viria limitar a parceria nas formas atualmente existentes.

4 — Garante ao arrendatário a possibilidade de construir moradia no terreno arrendado, bem como outras obras necessárias ao melhoramento do solo e à produtividade da lavoura ou pecuária, estabelecendo que as melhorias de caráter permanente serão indenizadas pelo proprietário ao término da locação.

verificada entre os dois últimos recenseamentos. Em 1930 registraram-se 23 371 estabelecimentos agropecuários arrendados. Em 1950 havia 188.897, com uma área superior a 13 milhões de hectares. Tudo indica que esse número continuou a crescer, nos anos subsequentes, em consequência principalmente do incremento de certas culturas (algodão, arroz, trigo, etc.), em algumas das quais (como a do algodão, em São Paulo) predominam os estabelecimentos ocupados por arrendatários.

CONTRATOS LESIVOS

Os arrendatários não têm qualquer garantia legal quanto aos dispositivos dos contratos e, em geral, são obrigados a aceitar as imposições dos grandes proprietários da terra. Eis algumas características dos contratos:

1 — Predominam, no país, os contratos verbais. Um inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em colaboração com o IBGE, no ano de 1952, revelou que em 1.294 municípios entre as 1.492 unidades municipais informantes, predominam os contratos verbais. Os contratos escritos eram predominantes em apenas 13% dos municípios, em média, sendo a seguinte a percentagem destes nas várias regiões do país: Região Norte — 2%; Região Nordeste — 7%; Região Leste — 9%; Região Sul — 23%; Região Centro-Oeste — 6%. Quanto aos Estados, maior percentagem de contratos escritos cabia ao Grande do Sul ... (34%), seguindo-se São Paulo ... (24%), Paraná (15%) e Santa Catarina (9%). Nos últimos anos pode-se afirmar que a percentagem dos contratos escritos sofreu uma elevação, embora, ao que tudo indica, de pouca monta.

2 — O tempo de duração é curto. No referido inquérito da Comissão Nacional de Política Agrária, 26% dos contratos eram feitos por prazo de um ano e 30% não excediam a dois anos. Tomadas em conjunto, essas percentagens equivaliam a 56% dos municípios informantes. Eram as seguintes as percentagens dos contratos até dois anos, nas diversas regiões do país, segundo aquele inquérito: Região Norte — 62%; Região Nordeste — 53%; Região Leste — 47%; Região Sul — 63%; Região Centro-Oeste — 48%. Atualmente, em certas regiões de São Paulo, vem-se generalizando o prazo de um ano. Os proprietários da terra arrendam ao camponês determinada área, por aquele prazo, ficando o arrendatário com a obrigação de deixar a terra plantada de capim.

Isto ocorre nas zonas onde se vem ampliando a pecuária, particularmente em terras dos grandes frigoríficos.

3 — Os arrendatários não têm qualquer garantia de indenização às benfeitorias introduzidas por sua conta, em geral necessárias ao bom rendimento das lavouras ou à melhoria das condições de vida no campo. Em consequência, eles não fazem benfeitorias e deixam de adotar medidas de proteção à terra que importem em realizações duráveis além do prazo dos contratos. Isso contribui para generalizar a exploração predatória da terra e diminuir o rendimento das lavouras, em prejuízo do próprio arrendatário e do conjunto da produção.

4 — Os preços do arrendamento são elevadíssimos, pagos em dinheiro ou em produção. Os preços são particularmente escorchantes nas zonas do algodão, em São Paulo.

5 — Em geral os arrendatários são obrigados a vender a produção aos próprios donos da terra ou aos intermediários que, por

sua vez, são ligados aos donos da terra. Segundo dados oficiais, cerca de 75% dos arrendatários vendem sua produção ao dono da terra ou a intermediários. A falta de transporte, o alto preço desta, e a pressão dos latifundiários no interior contribui para que isso ocorra e seja mais acentuado nas regiões mais atrasadas do país.

NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO

A necessidade de uma lei que regule o arrendamento rural vem sendo sentida há alguns anos e alguns passos já foram dados no sentido de levar o problema ao Congresso Nacional. Este, porém, até hoje, não iniciou a discussão da matéria que, por outro lado, ainda não foi objeto de uma iniciativa concreta do Executivo. Espera-se, porém, que no ano em curso a questão do arrendamento rural seja levada ao Parlamento, juntamente com outros aspectos do problema agrário no país.

UM PROBLEMA DAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS

A UNIAO dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FAESP) já se preocuparam com o problema do arrendamento. Esta última elaborou, há meses, uma tabela de arrendamento visando particularmente a lavoura do algodão, tabela que, contudo, não foi aceita pelos proprietários de terra associados da própria entidade paulista, os quais continuaram cobrando preços escorchantes pela locação de suas terras. Quando a ULTAB, realizou estudos tendo em vista a elaboração de um ante-projeto, a ser enviado, como sugestão, ao Congresso Nacional. O ante-projeto, porém, ainda não foi concluído. O que existe de específico sobre a matéria, no Parlamento, encontra-se no bojo de projetos sobre a reforma agrária, todos até agora engavetados. Assim, no projeto Nestor Duarte prevêem-se certas medidas de regulamentação do arrendamento rural, o mesmo ocorrendo no projeto Afrânio Carvalho, no qual dois capítulos são dedicados ao disciplinamento jurídico do arrendamento e da parceria agrícola. Também se encontra no Congresso, desde 1951, um projeto de Código Rural, da autoria do sr. Silvio Echenique, no qual se incluem disposições relativas ao arrendamento e à parceria. A complexidade do problema exige, porém, regulamentação especial. As organizações camponesas saberão, de certo, encarar essa importante questão, contribuindo para que ela seja posta na ordem do dia do Parlamento e para que sejam levados em conta os verdadeiros interesses da grande massa de arrendatários rurais.

TRABALHO SEM GARANTIAS



OS ARRENDATÁRIOS da lavoura do algodão, em São Paulo (especialmente na Alta Sorocabana) são duramente explorados pelos proprietários da terra, não tendo quaisquer garantias. Os prazos de locação são curtíssimos, generalizando-se o prazo de um ano com a intensificação, na zona, da criação de gado, o que leva os proprietários a converterem em pastagens áreas crescentes. Nesses casos, o arrendatário recebe a terra por um ano, com a obrigação de deixar o capim plantado, ao retirá-lo. A cada ano é maior o número de despejos, aumentando os contingentes dos que ficam nas praças das cidades da região à espera de trabalho ou, mesmo, pedindo esmolas. Os arrendatários vivem em palhoças ou pequenos barracos, pois não podem fazer benfeitorias no terreno para deixá-las ao proprietário sem qualquer indenização. NAS FOTOS: colheita de algodão, em São Paulo. Toda a família do arrendatário participa da colheita.

POR UM CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

NESTE quadro, o primeiro objetivo que se torna necessário é a ação das massas trabalhadoras e de todas as forças democráticas — a eliminação do monopólio da terra, através da realização de uma reforma agrária que dê a terra aos que a trabalham, fundada sobre os princípios constitucionais da limitação geral e permanente da grande propriedade territorial e do direito dos cidadãos à propriedade da terra.

A luta pela reforma agrária comporta a elaboração, a apresentação e a discussão, no Parlamento, de um projeto de reforma agrária geral, do qual deve fazer parte um estatuto especial para a defesa da pequena propriedade e da pequena empresa camponesa; mas ela não pode limitar-se, como ocorria muito freqüentemente nestes últimos anos, a atender a que o Parlamento satisfaça as seculares aspirações dos camponeses. Ela deve concretizar-se, desde o presente, como já se tem feito no setor do latifúndio típico, pelas ações de massa, que — colocando abertamente o problema das relações de propriedade da terra ampliassem a frente dos partidários da reforma agrária em torno dos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e rompessem a resistência dos reacionários que a ela se opõem.

Com este fim é necessário liquidar a concepção errônea segundo a qual partindo da falsa teoria sobre o «duplo aspecto do regime territorial e contratual» da luta pela terra — se pretende fazer crer que esta, no setor meridional da grande propriedade não latifundiária, e ainda mais no setor dos arrendatários ou do capitalismo agrário da Itália central e setentrional, deveria ter-se limitado a uma luta por uma transformação do regime contratual não como etapa necessária, mas como sucedâneo da luta pela terra, relegada, de fato, a uma perspectiva puramente de propaganda. Estas deficiências e estes erros contribuíram para atenuar seriamente as lutas pela terra e facilitaram certos desenvolvimentos da iniciativa clerical destinados a paralisar as tarefas relativas à efetivação dos princípios constitucionais referentes à limitação geral e permanente da propriedade territorial e ao direito dos trabalhadores agrícolas à propriedade do solo. Mais do que nunca, portanto, é necessário e urgente que esses temas sobre a conquista da terra sejam colocados, hoje, no primeiro plano, nas atenções do partido e nas lutas de massas.

Neste quadro devem ser desenvolvidas e orientadas todas as lutas pelo melhoramento dos contratos agrários, e por uma legislação democrática que sancionem as conquistas neste sentido, assegurando aos trabalhadores agrícolas de todas as categorias — no próprio curso da luta pela conquista e a total aplicação de uma lei de reforma agrária geral, que dê a terra a quem a trabalha — uma nova certeza de estabilidade no solo (justa causa de rescisão) e uma possibilidade concreta de acesso à propriedade da terra.

Neste sentido assume relevância particular, no setor dos assalariados agrícolas, as lutas por um sistema de contratos democráticos, que devem estar estreitamente ligados às lutas pela participação coletiva com o direito dos trabalhadores à estabilidade na terra, às lutas pelo mínimo obrigatório de utilização da mão-de-obra e para que sejam executados os trabalhos de transformação agrícola. Neste setor, assim como em todo o território da República, a transformação das terras dos grandes proprietários «absenteístas» deve ser confiada, juntamente com um bom crédito do Estado, às cooperativas de trabalhadores, às quais, concluída a transformação, deve ser atribuída a propriedade de uma parte da terra transformada, numa proporção correspondente ao vulto da contribuição do Estado. Igual destinação deve-se dar a uma parte das terras transformadas pelos grandes proprietários que se beneficiam de contribuições do Estado, numa proporção correspondente ao maior valor da terra obtido em virtude das próprias contribuições.

No setor do vale do Pó onde existe o salariado fixo, tomam relevância particular neste quadro as lutas contra as rescisões, pela estabilidade na terra, pelo controle da gestão da empresa; através dessas lutas tende-se à obtenção de um contrato de associação pelo qual a terra passa, gradualmente, em propriedade, aos trabalhadores associados. O empregador deverá, entretanto, fornecer os capitais necessários a uma moderna gestão da empresa e assegurar-se a possibilidade de realizar um lucro justo.

Neste sentido análogo devem ser desenvolvidas as lutas no setor do arrendamento clássico, onde já tomaram relevância mais imediata as lutas pela justa causa (para rescisão de contrato) e pela divisão do produto à base dos 60 por cento. Estas lutas poderão obter tanto mais rapidamente pleno êxito na medida em que forem orientadas no sentido da transformação do contrato de arrendamento em novo contrato de associação, pelo qual o atual proprietário continua a contribuir com o capital necessário a uma moderna gestão da empresa, enquanto o trabalhador continua a contribuir com seu trabalho. O trabalhador deve começar a ter acesso, desde logo, à propriedade da terra, graças à inscrição, a seu crédito, numa conta de «compra-de-terra», de parte do crescimento de sua quota, parte de divisão do produto e do 4 por cento anual já devidos pelo concessionário para os investimentos de melhoramento.

Nos setores do «arrendamento impróprio», da melação, da colônia de melhoramento, e mais geralmente nos setores do latifúndio e da propriedade camponesa, as lutas pela «justa causa», pela justa locação e pela divisão dos produtos devem ser generalizadas e desenvolvidas de modo a permitir aos camponeses o acesso à propriedade da terra com o resgate dos tributos feudais de toda espécie. Na liquidação desses tributos devem ser calculados os melhoramentos que os camponeses introduziu e introduz no solo.

No setor residual do latifúndio típico devem, enfim, ser desenvolvidas e generalizadas as lutas já em curso pela colocação de um mínimo obrigatório de mão-de-obra, pela obrigação da transformação do regime de propriedade territorial, que se ligam, aqui, estreitamente, às lutas pela consignação do «terço residual», pela extensão das leis de reforma a todo o território regional, pelo rebaixamento do limite de expropriação, pela democratização dos Institutos de reforma.

(PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO)

Na luta pela reforma agrária geral estão interessadas, juntamente com os trabalhadores assalariados, as massas dos camponeses cultivadores, que devem ser amplamente mobilizadas, não somente para conquistar a terra para aqueles que, dentre eles, não a possuem ou a possuem insuficientemente, mas também com o objetivo de serem assegurados, por uma lei de reforma agrária geral, a defesa e o desenvolvimento da pequena propriedade e da exploração camponesa, garantidas por um estatuto especial, que faça parte desta mesma lei, e que aplique, enfim, também para as massas camponesas, os princípios constitucionais relativos ao direito de acesso e à defesa da propriedade, à justa remuneração do trabalho, à assistência, ao crédito, à instrução profissional, assim como os princípios relativos ao controle dos monopólios e dos organismos monopolistas.

A orientação de todas estas lutas por objetivos mais concretamente estruturais, contribuição decisiva pode ser dada pela iniciativa dos «Comitês pela terra», que procedem ao reencaminhamento das grandes propriedades expropriáveis e das que não satisfizeram à obrigação de transformações, que ampliam o debate sobre as possibilidades de sua transformação e distribuição aos trabalhadores, que elaboram as formas mais adequadas para a aplicação da frente dos partidários da reforma agrária e para isolar seus inimigos.

31 — Outro grande objetivo que se coloca hoje na ação das forças democráticas e das massas é o de realizar um controle democrático dos monopólios.

Isto exige a realização de uma orientação orgânica de política econômica, que enfrente de maneira permanente e radical os múltiplos aspectos do regime de monopólio que imprime seu sinete a toda a vida nacional, identificando as manifestações principais da política dos monopólios e adotando medidas tendentes a golpear esta política em seus pontos nevrálgicos: protecionismo, créditos e investimentos; preços e lucros; estrutura do sistema fiscal. Medidas particularmente urgentes e que podem ser objetos das primeiras disposições do Parlamento parecem ser: a reforma do Comitê interministerial de preços; a orientação da política aduaneira; a justa distribuição do peso dos impostos; a reforma do sistema bancário em benefício da pequena e média empresa; a democratização efetiva da direção e a orientação antimonopolista dos organismos produtivos do Estado ou controlados pelo Estado, e, em primeiro lugar, do Instituto para a reconstrução industrial, orientando-se neste sentido a atividade de coordenação do novo Ministério das «participações do Estado».

Neste quadro, no que se refere ao Comitê interministerial de preços, propõe-se a restituição de suas funções legislativas ao único organismo constitucionalmente qualificado para os exercer — isto é, o Parlamento — e a reorganização do Comitê no sentido de dar um peso determinante aos representantes das grandes massas consumidoras, dos usuários, dos pequenos produtores, da indústria não monopolista.

No que concerne ao Instituto para a reconstrução industrial, propõe-se, não somente sua separação — que já não se pode adiar — da Confederação dos industriais, mas também a adoção, sob controle do Parlamento, de um plano plurienal de produção que, liquidando as atividades superfúas, se destine a fazer do I.R.I. o organismo piloto de todo o setor industrial e, em particular, o instrumento principal de industrialização do Sul.

Medidas análogas para a democratização de seu regime interno e para a sua orientação antimonopolista podem ser imediatamente adotadas para os consórcios industriais e agrícolas (Federconsorzi), consórcios agrícolas, associação dos cultivadores de beterraba, Instituto do arroz, consórcios de bonificação e da montanha, etc.), aos quais são atribuídos poderes e tarefas análogas aos do Estado no domínio da produção ou da circulação dos produtos.

Neste quadro colocam-se os problemas das nacionalizações e, em particular:

a) a nacionalização das fontes de energia, por meio da democratização da empresa do Estado para os hidrocarburetos e seu fortalecimento, a nacionalização dos monopólios elétricos e das fontes de energia nuclear. Os primeiros passos no sentido da nacionalização do setor elétrico deveriam ser a manutenção da Caixa de compensação das tarifas elétricas, e mesmo a extensão de seus poderes, por meio, igualmente, de funções efetivas de controle e de iniciativas no domínio dos preços, da energia, dos lucros das sociedades elétricas, da política de construção de novas instalações, e o fortalecimento dos setores do Estado e municipalizados da produção elétrica, por meio de uma planificação decenal de investimentos e de sua cartelização, assim como através da revogação das concessões às sociedades privadas que não cumprem suas obrigações;

b) a nacionalização e municipalização dos serviços públicos, a começar pelos telefones;

c) a nacionalização do monopólio Montecatini;

d) a nacionalização do monopólio açucareiro;

e) a imposição de um limite à propriedade privada do solo urbano, com o fim de quebrar a especulação com os terrenos de construção, de eliminar o peso parasitário da renda territorial que impede o desenvolvimento das cidades de acordo com uma moderna disciplina urbanística e entrava, dados os altos preços dos terrenos, o desenvolvimento da edificação de habitações populares e econômicas. O limite pode ser estabelecido à base da extensão dos terrenos e dos aumentos do valor patrimonial devidos aos investimentos públicos.

A luta por esta nova orientação da política econômica nacional não pode ficar unicamente no terreno das iniciativas parlamentares nem das grandes campanhas de mobilização da opinião pública e das massas de consumidores, que são, entretanto, decisivas sobretudo no que se refere a fontes de energia, aos serviços públicos, ao monopólio açucareiro, aos terrenos urbanos, etc. É necessário, em primeiro lugar, dar uma nova orientação às ações reivindicatórias dos trabalhadores, de modo a que elas expressem concretamente a interdependência existente entre a possibilidade de os operários melhorarem de forma durável suas condições de vida e de trabalho, de defenderem seu emprego e a democracia sindical e nas usinas, e a luta pela eliminação efetiva do poder dos monopólios industriais.

32 — Esta orientação geral das ações reivindicatórias dos trabalhadores não impede, mas, ao contrário, facilita sua ligação mais estreita com as condições reais em que se desenvolve a relação de trabalho. Este liame foi justamente assinalado pelo IV Congresso da C.G.I.L. como necessário a fim de evitar todo esquematismo e toda subestimação das profundas diferenças existentes entre as diversas empresas, os diversos setores e as diversas regiões italianas, afirmando a importância atual da ação sindical no nível da empresa e da política do sindicato nos grupos de empresas e nos setores.

O VIII Congresso empenha-se em dar todo o apoio dos comunistas a esta orientação da ação sindical e às lutas necessárias para a realização de alguns importantes objetivos, que surgem como os mais urgentes para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores:

a) contrato coletivo de todos os elementos da relação de trabalho (estabilidade no emprego, duração e intensidade do trabalho, quadros, qualificações, prejuízos e bonificações, segurança do trabalho, etc., como condição primária e fundamental para o melhoramento dos contratos nacionais e para o necessário aumento geral das retribuições.

b) igualdade de salários entre trabalhadores e trabalhadoras; conquista da igualdade de salário para os trabalhadores jovens e idosos;

c) respeito e aplicação integral, em todo o território nacional, dos contratos de trabalho atualmente existentes;

d) redução do horário de trabalho em todas as empresas onde o aumento impetuoso do rendimento, obtido muitas vezes pela intensificação dos ritmos e implicando maiores riscos e o agravamento da fadiga, impõe e torna possível uma limitação imediata do esforço físico e nervoso fornecido pelos trabalhadores;

e) controle, por meio de disposições legislativas e de acordos sindicais, sobre a introdução na empresa de novas técnicas de automatização, de maneira a impedir que ela se traduza no afastamento de fortes contingentes de trabalhadores do processo de produção.

A classe operária considera o progresso técnico como um fator decisivo do progresso social e de melhoramento de suas próprias condições de vida e de trabalho. Ela não se limita a favorecê-lo e promovê-lo, mas deve dirigi-lo e suas aplicações como classe dirigente nacional. A ação da classe operária pelo progresso técnico é, portanto, ao mesmo tempo, uma luta contra as forças que o impedem de se traduzir em progresso social, que dele se servem unicamente para aumento do lucro capitalista e da concentração monopolista, para a intensificação da exploração, para limitar a liberdade dos trabalhadores nas fábricas, para praticar o paternalismo e a discriminação. A classe operária luta particularmente para que o aumento da produtividade, que é um aspecto essencial do progresso técnico, seja acompanhado de uma redução do horário de trabalho, do aumento de salários e da redução dos preços que o rendimento acrescido do trabalho e a redução dos preços de venda permitem e impõem, de modo a que a isto se siga igualmente um aumento do número de trabalhadores contratados. (Continua)

QUE É O STALINISMO?

★
☆ IMPORTANTES DOCUMENTOS DOS DEBATES SOBRE O CULTO À PERSONALIDADE E OS TEMAS DO XX CONGRESSO DO PCUS

● ENTREVISTA E INFORME DE TOGLIATTI

● EDITORIAL DO «JEMINJIPAO»

● DECLARAÇÃO DO C. C. DO PCUS

● ARTIGO DE EUGENE DENNIS

★
☆ UM LIVRO INDISPENSÁVEL AOS QUE ACOMPANHAM OS DEBATES SOBRE OS TEMAS DO XX CONGRESSO DO PCUS

Ação de Massas Para Impedir a Entrega de Fernando de Noronha!

ENCONTRA-SE no Calote o texto da nota brasileira sobre a cessão de Fernando de Noronha aos norte-americanos, para base de foguetes teleguiados. A nota foi elaborada pelo Itamarati, após as marchas e contra-marchas do assunto, cuja solução o Departamento de Estado ianque não conseguiu, até agora, obter em seu favor, graças à crescente resistência patriótica do povo brasileiro. Apesar das dificuldades encontradas dentro do próprio governo, especialmente no Conselho de Segurança Nacional e nas Forças Armadas, o Itamarati continua manobrando com o objetivo de atender às insistentes exigências de Washington, constantemente renovadas, junto ao sr. Macedo Soares, pelo embaixador norte-americano Briggs. O perigo de que se consuma a entrega de território brasileiro a uma potência estrangeira — em cujas aventuras bélicas estaríamos, assim, de antemão, envolvidos — é, pois, maior, agora, exigindo que se intensifique o movimento popular contrário à cessão da base.

PRESSÃO DE WASHINGTON

Enquanto se avolumam, em todo o país, os protestos contra a cessão de Fernando de Noronha e cresce a exigência de que seja ouvido, no caso, o Congresso Nacional, intensifica-se a pressão norte-americana sobre o governo brasileiro, por uma solução imediata do assunto. Eis alguns exemplos:

- 1) — O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, em repetidos «contatos» com o Itamarati, vem realizando intensa pressão sobre o sr. Macedo Soares, visando «arrancar» sem mais delongas o compromisso brasileiro.
- 2) — O mesmo embaixador

dos Estados Unidos (a imprensa noticiou o fato, sem contestação, nem da Embaixada ianque, nem do Itamarati) chegou a arrumar as malas para ir ao Amapá, onde se encontrava o sr. Juscelino Kubitschek, com o fim de exigir «explicações» sobre a notícia de que a questão das bases estava sendo «entrevada» no Conselho de Segurança Nacional.

3) — Os órgãos de imprensa reconhecidamente ligados aos interesses norte-americanos passaram a divulgar, simultaneamente, no início da semana passada, a «denúncia» de que havia «elementos comunistas» no Conselho de Segurança Nacional, os quais vinham «entrevando» o andamento das negociações sobre a cessão da base. Mais uma vez a chantagem anticomunista foi posta a serviço dos interesses do Departamento de Estado, como instrumento de pressão e intimidação. A ofensiva de provocações da imprensa pró-ianque no Brasil «coincide» com os comentários, surgidos, também simultaneamente, em vários jornais ianques, segundo os quais o «furor nacionalista» dos brasileiros está constituindo um «entrave» à «ajuda» norte-americana ao nosso país. Aquêles comentários insinuam que, sem a cessão da base, seria impossível «ampliar» o u, m e s m o, «manter» aquela «ajuda» — o que significa ameaçar com a pressão econômica para obter a concessão militar.

BARGANHA INACEITÁVEL

Enquanto ocorre tudo isso, toma corpo, entre certas pessoas, a tendência a ceder Fernando de Noronha a um tróco de concessões de ordem econômico-financeira, especialmente de empréstimos norte-americanos, ditos para «estímulo» ao desenvolvimento da economia nacional. Há pessoas honestas que não vêem inconveniente nisso e, ao adotarem esta opinião, baseiam-se: 1) — Nos termos em que o governo brasileiro cederia Fernando de Noronha, esta não seria propriamente uma base ianque, mas apenas um «posto de observação» sob comando militar brasileiro. 2) — Devem ser aproveitadas todas as oportunidades para conseguir auxílio estrangeiro ao desenvolvimento da economia nacional. 3) — O Brasil está preso a compromissos com os Estados Unidos, tendo em vista a defesa do hemisfério e deve

cumprir tais compromissos, desde que isso não implique em ferir a soberania nacional.

Ora, esses argumentos não resistem a um confronto com a realidade: 1) — Venha a ser Fernando de Noronha uma base norte-americana ou um «posto de observação» sob comando brasileiro, a verdade é que para cá viriam os militares ianques que, donos dos segredos militares que envolvem os engenhos teleguiados, teriam, de qualquer modo, o controle da base ou do «posto de observação», o que viria ferir a soberania nacional. De qualquer modo, teríamos, em nosso território, uma base ianque (não importa, no caso, que sob o nome de «posto de observação») que só aos Estados Unidos serviria, pois só os

Estados Unidos teriam o controle dos engenhos bélicos em função dos quais seria montada a base. Em tais condições, a soberania brasileira sobre Fernando de Noronha seria meramente de palavra. 2) — Não se pode, em face disso, considerar justo e aceitável ceder a base, naquelas condições, em troca de vantagens materiais. Isso significaria, na prática, vender um pedaço do território nacional a uma potência estrangeira. Esta não poderia, pois, ser uma oportunidade para conseguir auxílio norte-americano ao Brasil — auxílio que só devemos obter sem concessões militares ou políticas, o que é perfeitamente possível se adotarmos uma política externa independente. 3) — Seria

O GOVERNO TERÁ FORÇAS PARA RESISTIR SE QUISER APOIAR-SE NO POVO

APÊLO DA II CONF. NACIONAL DA UJC

A II Conferência Nacional da União da Juventude Comunista dirigiu o seguinte apêlo à juventude de nosso país:

«Jovens brasileiros! Mais uma vez somos chamados a unir nossos esforços em defesa da pátria, agora ameaçada por nova investida do imperialismo norte-americano. Não podemos consentir que Fernando de Noronha seja transformada em base de foguetes teleguiados. A entrega de Fernando de Noronha significará colocar o Brasil como alvo de represálias no caso de uma guerra atômica, ao mesmo tempo que representa um atentado à nossa soberania, acarretando o Brasil à política internacional dos Estados Unidos. O que convém aos interesses nacionais, é uma política exterior independente!

Como jovens patriotas, unamos nossos esforços em defesa da independência do Brasil e da integridade de seu solo. Fazamos sentir às autoridades que o Governo terá forças para resistir à pressão dos imperialistas, se quiser apoiar-se no povo. Fazamos sentir aos senhores deputados e senadores que, apoiados no povo, poderão derrotar as manobras que visam a impedir que seja previamente submetida à apreciação do Congresso Nacional qualquer acordo ou entendimento sobre problema de tal envergadura.

Moços do Brasil!

A voz da mocidade brasileira, principalmente da mocidade estudantil, nunca deixou de se fazer ouvir nos momentos difíceis de nossa história. Ressou na luta gloriosa contra o fascismo, em defesa de nosso petróleo, e sempre que a soberania nacional ou as liberdades democráticas estavam em perigo. Ergamo-la novamente unidos, agora, contra os golpistas e entreguistas que conspiram contra o Brasil, dando assim nossa contribuição de moços para o desenvolvimento de nossa pátria pelo caminho da liberdade e do progresso!

Janeiro de 1957.

A II Conferência Nacional da União da Juventude Comunista.



Numerosos comícios estão se realizando, nos bairros de São Paulo, de protesto contra a cessão de Fernando de Noronha. NA FOTO: o deputado Dagoberto Sales (PSD) falando em um comício na capital paulista.

PROTESTOS E BARRAS BARRAS EM FERNANDO DE NORONHA SEJA BASE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORDESTE. O Brasil é, por tradição, uma nação amante da paz. Não temos nenhum interesse em provocar guerra contra qualquer nação. Somos um povo sério de nossa independência. Os valores de nossa História, Felipe Camarão, Tiradentes, Floriano Peixoto e outros, sempre soberanos repulsem com alívio a pretensão daqueles que quiseram ferir a soberania do Brasil. Não podemos, portanto, admitir que qualquer outra ação, no caso dos Estados Unidos, tenha a pretensão de se apoderar de parte de nosso território. Unamos-nos contra a instalação de bases norte-americanas em Fernando de Noronha! Esta terra tem dono! Não nos deixemos enganar! Tais bases, tanto com técnicos como com tropas americanas, serão bases para servir os interesses dos Estados Unidos da América do Norte, para atender seus objetivos bélicos e não para defender nossa pátria. Não consentamos, sob qualquer pretexto, em entregar Fernando de Noronha! O Brasil para os brasileiros! Que fale o Congresso Nacional! Que delibere contra essa pretensão odiosa! DIFELAM-SB, por telefone, telegrama, carta, aos jornais, às autoridades e ao Congresso Nacional. Bases norte-americanas em Fernando de Noronha. NUNCA!

NÃO ENTREGUEMOS FERNANDO DE NORONHA



NÃO CEDEREMOS FERNANDO DE NORONHA

QUE SEJA OUVIDO O CONGRESSO

traição ao povo brasileiro ferir a soberania nacional, entregando território do Brasil a uma potência estrangeira a pretexto de compromissos assumidos à revelia do povo e em flagrante violação à Constituição do país. A melhor maneira do Brasil contribuir para a segurança do hemisfério é realizar uma política externa independente e pacífica, de colaboração e amizade com todos os povos do hemisfério e do mundo.

Por fim, deve-se ter em conta um fato de extrema significação: cedendo Fernando de Noronha aos Estados Unidos, para instalação de uma base militar, o Brasil enganja-se, de antemão, em qualquer guerra na qual se veja envolvido aquele país do norte. No caso de os Estados Unidos empenharem-se em um conflito bélico, a base de projéteis teleguiados norte-americana em Fernando de Noronha seria forçosamente atacada — o que traria a guerra para dentro do Brasil. E seria criminoso atrelar nosso povo a qualquer aventura militar em que possamos envolver-se, no futuro, os Estados Unidos, tanto mais que se procura fazer isso em nome da «segurança» do Brasil!

O movimento de protesto contra a pretendida entrega de Fernando de Noronha aos Estados Unidos levou a que se amplie cada vez mais a exigência de que o assunto seja levado, para decisão, ao Congresso Nacional. De acordo com o que determina a Constituição, o Congresso deve ser ouvido, porque: 1) — a cessão da base implicaria na permanência de tropas estrangeiras em nosso território o que, em tempo de paz, exige autorização do Congresso; 2) — a cessão da base implicaria no perigo de envolver o Brasil em qualquer guerra na qual venham a empenhar-se os Estados Unidos; 3) — a cessão da base implicaria em um ato de caráter agressivo, considerando-se que se trataria de uma base para armas não defensivas, mas tipicamente de agressão.

Numerosas correntes políticas (PSB, UDN, parte do PSD, parte do PTB, a «Frente Parlamentar Nacionalista», etc.) concordam em que o assunto seja submetido ao Congresso, que voltará a reunir-se a 1º de fevereiro.

PSB: «ATO SEM FUNDAMENTO POLÍTICO, JURÍDICO, MORAL»

É o seguinte o pronunciamento oficial do P.S.B. sobre a questão da base para teleguiados:

«O Partido Socialista Brasileiro, pela sua Comissão Executiva Nacional, protesta contra a concessão dada pelo governo da República aos Estados Unidos para a instalação de foguetes teleguiados na Ilha de Fernando de Noronha e apoia o seu protesto nas razões seguintes:

1) Constitucionalmente, salvo caso de agressão, só o Congresso Nacional pode autorizar declaração de guerra. Mas o ato do governo inscreve desde logo o Brasil em guerra, da qual automaticamente participará, uma vez que os Estados Unidos dela tomam parte, pois evidentemente que tais bases serão bombardeadas sem que ao menos possamos nos queixar de agressão, visto que, voluntária e previamente, nos alistamos entre os combatentes. Um ato de tão terríveis consequências não pode ser praticado pelo presidente da República sem prévia aquiescência do Congresso, pois importa em dar àquele, sem licença deste, autoridade para entrar em guerra. Além disso, pela Constituição, somente com autorização do Congresso pode o presidente da República permitir a permanência temporária de forças estrangeiras em território brasileiro;

2) Politicamente, o ato não se justifica, pois o povo brasileiro não deseja entrar em guerra, salvo se agredido. Somente se governado por loucos poderia o Brasil fazer uma política contra os Estados Unidos. Todas as nossas tradições e todos os nossos interesses nos determinam amizade leal e fraterna com o grande Estado irmão. Mas isso não nos obriga e nem sequer nos aconselha a participar de suas guerras. Na presente quadra, devemos evitar incluir-nos numa guerra para a qual não estamos preparados e cujas consequências, seja qual for o vencedor, serão catastróficas para os que nela se envolverem;

3) Moralmente, o ato do governo cedendo bases militares a tróco de favores materiais, tira qualquer sentido nobre ao gesto e amesquinha a dignidade nacional, mercantilizada num regateio vivamente disputado.

O ato do governo da República contra o qual o Partido Socialista se levanta, não tem fundamento jurídico, não tem fundamento político, não tem fundamento moral.